

O MELHOR
ATENDIMENTO
SÓ QUEM ESTÁ
SEMPRE JUNTO
PODE OFERECER

PROPOSTA COMERCIAL

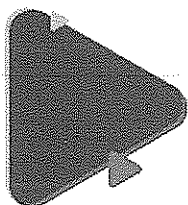
TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico

DATA: 19/02/2014

HORÁRIO: 10:00hs



Algar
Telecom

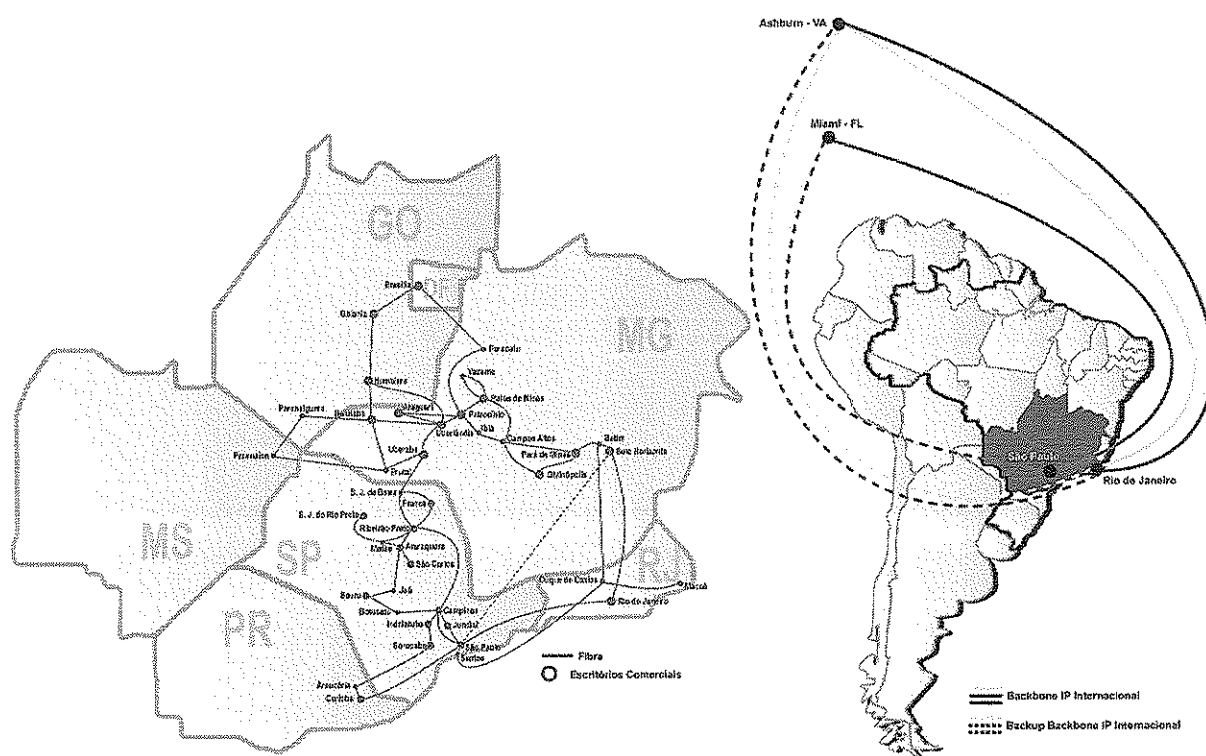


Onde estamos:

Mais de 12 mil quilômetros de rede óptica.

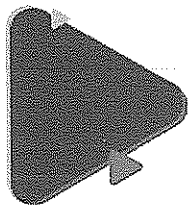
Tecnologia de ponta e plataformas sofisticadas de gerenciamento.

Pioneiros no uso do Next Generation Network, que permite o tráfego de informações de voz, dados e imagem em uma única rede.



ALGAR TELECOM
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



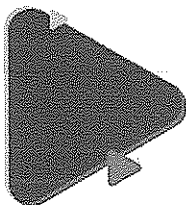


Nossa qualidade é reconhecida



ALGAR TELECOM
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



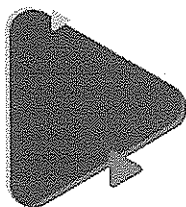


Sumário

- 1. Especificação do objeto**
- 2. Proposta comercial e tabela de preço**
- 3. Condições comerciais**
- 4. Declarações**
- 5. Dados completos da empresa e representantes**

ALGAR TELECOM
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



**À SECRETARIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS****A/C: Sr(a). Pregoeiro(a)**

Prezado(a) Senhor(a),

A ALGAR TELECOM S/A, atual denominação da empresa Cia de Telecomunicações do Brasil Central, inscrita no CNPJ sob o número 71.208.516/0001-74, com sede na Rua José Alves Garcia, 415 – Bairro Brasil, Uberlândia – MG representada pela Sra. Camila Novais Botelho, portadora da carteira de identidade nº 1344163 – SSP/DF e do CPF nº 634.716.471-04, vem através desta apresentar sua proposta de preços, conforme especificações abaixo.

1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

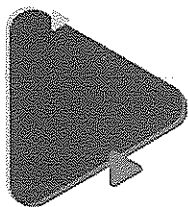
Contratação de Telefonia Fixa Comutada, mediante prestação de serviços telefônicos Local fixo-fixo e fixo-móvel, DDD e DDI, a serem executados de forma contínua, compreendendo ainda a instalação e assinatura mensal de entroncamento E1, disponibilização de Discagem Direta a Ramal, conforme especificações e condições constantes neste Edital e em todos os seus anexos.

2 - PROPOSTA COMERCIAL E TABELA DE PREÇOS**Item 1 - Serviço Telefônico Modalidade LOCAL - Fixo-Fixo**

Item	Quantidade Mensal estimada de minutos	Quantidade Anual de Minutos (Quantidade Mensal x 12)	Preço por Minuto Tarifável em R\$	Valor Anual em R\$	Desconto Percentual	Valor Anual Final em R\$
1	28.000	336.000	R\$ 0,0250	R\$ 8.400,00	-	R\$ 8.400,00
Valor total do item						R\$ 8.400,00

ALGAR TELECOM
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



**Item 2 - Serviço Telefônico Modalidade LOCAL - Fixo-Móvel**

Item	Quantidade Mensal estimada de minutos	Quantidade Anual de Minutos (Quantidade Mensal x 12)	Preço por Minuto Tarifável em R\$	Valor Anual em R\$	Desconto Percentual	Valor Anual Final em R\$
2	26.000	312.000	R\$ 0,5400	R\$ 168.480,00	R\$ 0,00	R\$ 168.480,00
Valor total do item						R\$ 168.480,00

Item 3 - Serviço Telefônico Modalidade LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - Intra-regional

Subitem	Quantidade Mensal estimada de minutos	Quantidade Anual de Minutos (Quantidade Mensal x 12)	Preço por Minuto Tarifável em R\$	Valor Anual em R\$	Desconto Percentual	Valor Anual Final em R\$
1	2.000	24.000	R\$ 0,3000	R\$ 7.200,00	R\$ 0,00	R\$ 7.200,00
2	2.000	24.000	R\$ 0,3000	R\$ 7.200,00	R\$ 0,00	R\$ 7.200,00
3	1.000	12.000	R\$ 0,300	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	R\$ 3.600,00
Valor total do item						R\$ 18.000,00

Item 4 - Serviço Telefônico Modalidade LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - Inter-regional

Subitem	Quantidade Mensal estimada de minutos	Quantidade Anual de Minutos (Quantidade Mensal x 12)	Preço por Minuto Tarifável em R\$	Valor Anual em R\$	Desconto Percentual	Valor Anual Final em R\$
1	9.500	114.000	R\$ 0,3000	R\$ 34.200,00	R\$ 0,00	R\$ 34.200,00
2	1.000	12.000	R\$ 0,3000	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	R\$ 3.600,00
3	9.500	114.000	R\$ 0,3000	R\$ 34.200,00	R\$ 0,00	R\$ 34.200,00
Valor total do item						R\$ 72.000,00

Item 5 - Serviço Telefônico Fixo Comutado Modalidade LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL

Subitem	Quantidade Mensal de minutos	Quantidade Anual de Minutos (Quantidade Mensal x 12)	Preço por Minuto em R\$	Valor Anual em R\$	Desconto Percentual	Valor Anual Final em R\$
Chamadas Fixo-Fixo						

ALGAR TELECOM
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



1	50	600	R\$ 1,5000	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 900,00
2	50	600	R\$ 1,5000	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 900,00
3	50	600	R\$ 1,5000	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 900,00
4	50	600	R\$ 1,5000	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 900,00
5	50	600	R\$ 1,5000	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 900,00
Chamadas Fixo-Móvel						
1	40	480	R\$ 1,5000	R\$ 720,00	R\$ 0,00	R\$ 720,00
2	40	480	R\$ 1,5000	R\$ 720,00	R\$ 0,00	R\$ 720,00
3	50	600	R\$ 1,5000	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 900,00
4	40	480	R\$ 1,5000	R\$ 720,00	R\$ 0,00	R\$ 720,00
5	40	480	R\$ 1,5000	R\$ 720,00	R\$ 0,00	R\$ 720,00
6	40	480	R\$ 1,5000	R\$ 720,00	R\$ 0,00	R\$ 720,00
Valor total do item						R\$ 9.000,00

Item 6 - Instalação de Entroncamento Digital E1

Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário em R\$	Valor Total	Desconto Percentual	Valor Total Final em R\$
6	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor total do item					

Item 7 - Assinatura Entroncamento Digital E1 - Mensal

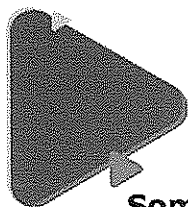
Item	Quantidade Estimada de Entroncamentos E1	Preço Unitário em R\$	Valor Mensal em R\$	Valor Anual (Valor Mensal x 12)	Desconto Percentual	Valor Anual Final em R\$
7	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor total do item						R\$ 0,00

Item 8 - Assinatura Entroncamento Digital E1 - Mensal

Item	Quantidade Estimada de Cinquentenas DDR	Preço Unitário em R\$	Valor Mensal em R\$	Valor Anual (Valor Mensal x 12)	Desconto Percentual	Valor Anual Final em R\$
8	12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor total do item						R\$ 0,00

ALGAR TELECOM
 CNPJ nº 71.208.516/0001-74
 Rua José Alves Garcia, nº 415
 Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
 Uberlândia/MG

Algar Telecom

**Somatório geral - após desconto**

Item	Descrição	Valor Anual Final em Reais (R\$)
1	Serviço telefônico local em chamadas fixo-fixo	R\$ 8.400,00
2	Serviço telefônico local em chamadas fixo-móvel	R\$ 168.480,00
3	Serviço telefônico DDD em chamadas intra-regional	R\$ 18.000,00
4	Serviço telefônico DDD em chamadas inter-regional	R\$ 72.000,00
5	Serviço telefônico DDI	R\$ 9.000,00
6	Instalação de entroncamento digital E1	R\$ 0,00
7	Assinatura entroncamento digital E1 - mensal	R\$ 0,00
8	Assinatura básica cinquentena DDR - mensal	R\$ 0,00
Valor Global Anual		R\$ 275.880,00

3 - CONDIÇÕES COMERCIAIS**3.1 - Validade da proposta:**

O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data abertura do certame.

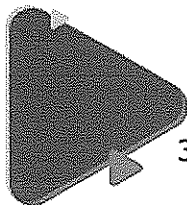
4 - DECLARAÇÕES

Declaramos, para fins de habilitação que:

1. Cumpriremos todos os prazos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e seus Anexos.
2. Garantiremos os produtos, oferecidos pela proponente, pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo dos produtos e componentes.

ALGAR TELECOM
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG





3. Nos preços estão inclusos todos os custos com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

5 – DADOS COMPLETOS DA EMPRESA E REPRESENTANTES

5.1 - Dados completos da empresa:

Razão Social: ALGAR TELECOM S/A

CNPJ: 71.208.516/0001-74

Inscrição Estadual: 702.062.385-0010

Inscrição Municipal: 111.608.00

Endereço: Rua José Alves Garcia, nº 415 - Bairro Brasil, Uberlândia/MG, CEP: 38.400-668.

5.2 - Os pagamentos deverão ser creditados à Conta-Corrente:

Banco: Banco do Brasil S/A

Nº do Banco: 001

Agência: 1893-7

Conta corrente: 207.001-4

Praça de Pagamento: São Paulo/SP.

5.3 - Consultor designado para atendimento ao Cliente:

Nome: Camila Novaes Botelho – Consultora Comercial

Telefone: (61) 3246-1223 Celular: (61) 9557-1200

E-mail: camilab@algartelecom.com.br

Endereço: SHIS – Qi9/11 – Bloco K, Sala 101 - Bairro: Lago Sul - CEP: 71.625-205, Brasília/DF

5.4 - SAC Atendimento Governo/empresas: 0800 941 2822

ALGAR TELECOM
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



5.5 – Dados dos representantes legais da empresa para assinatura do contrato:

1 - Nome: Maurício de Oliveira Bottino

Estado Civil: Casado

CPF/MF: 505.566.491-68

Cart. Ident nº 952.683 SSP/DF

Cargo/Função: Supervisor Comercial

Nacionalidade: Brasileiro

Endereço: Rua José Alves Garcia, 415

Bairro: Brasil, CEP: 38.400-668

Cidade: Uberlândia/MG

2 - Nome: Rhayssa de Bastos Gonzaga

Estado Civil: Casada

CPF/MF: 094.844.486-07

Cart. Ident. nº MG-16.171.537 SSP/MG

Cargo/Função: Analista de Negócios

Nacionalidade: Brasileira

Endereço: Rua José Alves Garcia, 415

Bairro: Brasil, CEP: 38.400-668

Cidade: Uberlândia/MG.

5.6 – Enviar o contrato para assinatura por parte desta empresa, para o seguinte destinatário:

ALGAR TELECOM S/A

A/C: Patrícia Junqueira

Coordenação de Vendas Governo - CVG

Rua José Alves Garcia, nº 415 – Bairro: Brasil

CEP: 38.400-668 – Uberlândia/MG

Contatos:

Nome: Patrícia Junqueira – Assistente Administrativo

Telefone: (34) 3256 2738

Celular: (34) 9685 3960

Fax: (34) 3213 8492

E-mail: cristiane@algartelecom.com.br

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.



Camila Novais Botelho

ALGAR TELECOM

Gerente de Contas

Ramal: (61) 3246-1223

Celular: (61) 9557-1200

Fax: (61) 3246-1202

camilab@algartelecom.com.br

ALGAR TELECOM

CNPJ nº 71.208.516/0001-74

Rua José Alves Garcia, nº 415

Bairro Brasil, CEP: 38.400-668

Uberlândia/MG

Algar 
Telecom

(Anexo Único à ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL, realizada em 18 de abril de 2012)

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
CNPJ MF Nº 71.208.516/0001-74
NIRE: 313.000.117-98

ESTATUTO SOCIAL
CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede e foro na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, regida pela Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, pelo presente Estatuto Social, pelas leis e usos do comércio e demais normas e disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá adotar como nome fantasia a expressão "CTBC" ou "CTBC TELECOM" ou "ALGAR TELECOM".

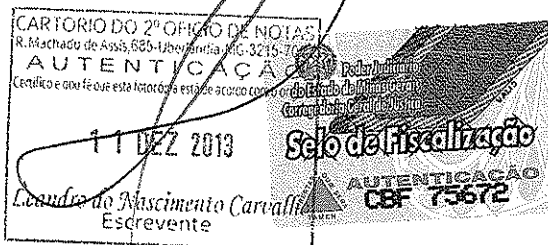
Art. 2º - A Sociedade, por deliberação colegiada da Diretoria estatutária, pode abrir e extinguir filiais, agências e escritórios de representações, no país e no exterior.

Art. 3º - A Sociedade tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração.

§ 1º - Na consecução de seu objeto, a Sociedade poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também:

- I - comercializar equipamentos e acessórios pertinentes à sua atividade;
- II - participar do capital de outras empresas do ramo de telecomunicações e serviços de valor adicionado ao de telecomunicações, observado o que dispõe a política nacional de telecomunicações;
- III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV - prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



V - exercer atividades de estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do setor de telecomunicações;

VI - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e

VII - exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

§2º - É nulo de pleno direito qualquer ato assinado em nome da Sociedade que extrapole as atividades e responsabilidades constantes deste objeto social.

Art. 4º - A Sociedade manterá em território nacional centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais, logísticas, comerciais, operacionais e técnicas envolvidas no cumprimento de seu contrato de concessão.

Art. 5º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPITULO II DO CAPITAL AUTORIZADO

Art. 6º - O capital autorizado da Sociedade é de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

§1º - O capital autorizado poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, quando inteiramente subscrito ou quando a diferença entre o subscrito e o autorizado não comportar a capitalização prevista para o exercício.

§2º - Até o limite do capital autorizado, o capital subscrito poderá ser aumentado independentemente de alteração estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, cabendo ao Conselho de Administração fixar o respectivo preço de emissão.

§3º - Dentro do limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração pode aprovar a outorga pela Sociedade de opção de compra de ações a seus administradores, empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade, e, ainda, a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade, sem direito de preferência para os acionistas.

Visto: **Daniilo de Andrade Fernandes**
GAB/MG: 128.797



CAPITULO III DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 7º - O capital social inteiramente subscrito e integralizado é de R\$ 271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos), dividido em 281.933 (duzentas e oitenta e uma mil e novecentas e trinta e três) ações ordinárias e 58.464 (cinquenta e oito mil, quatrocentas e sessenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

§1º - As capitalizações com reservas e lucros serão feitas independentemente de aumento do número de ações.

§2º - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias.

§3º - As ações da Sociedade poderão ser escriturais, de acordo com deliberação de sua Diretoria.

§4º - As ações preferenciais serão de classe única, não conferirão a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais, mas, terão os seguintes direitos:

- I. Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido;
- II. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias; e
- III. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

§5º - Não obstante o disposto no §4º do Art. 7º desse instrumento, as ações preferenciais de emissão da Sociedade terão direito a voto, sem prejuízo do disposto no §1º do Art. 115 da Lei 6.404/1976, nas decisões relativas à celebração, pela Sociedade, de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive de assistência técnica, com entidades estrangeiras vinculadas aos seus acionistas controladores, na forma do disposto no contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e o Poder Concedente.

Art. 8º - O Conselho de Administração poderá autorizar a aplicação de lucros ou reservas no resgate ou amortização de ações, observado o disposto no Art. 44 da Lei 6.404/1976.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



CAPITULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE
SEÇÃO I
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO E DIRETORIA

Art. 9º - A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria estatutária.

§1º - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exercerá a administração superior da Sociedade.

§2º - A Diretoria é órgão da administração executiva da Sociedade, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência.

§3º - É nulo de pleno direito qualquer obrigação, financeira ou não, assumida em nome da Sociedade que seja celebrada em desconformidade com as disposições contidas nesse Estatuto Social.

§4º - Os administradores somente podem assumir obrigações e responsabilidades expressamente autorizadas no presente Estatuto e de acordo com os Limites e Responsabilidades de Aprovações descritas no Anexo I do presente instrumento.

SEÇÃO II
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
COMPETÊNCIA

Art. 10 - Compete ao Conselho de Administração:

- I - Fixar e monitorar a orientação geral dos negócios da Sociedade e das empresas sob seu controle;
- II - Convocar a Assembleia Geral;
- III - Manifestar-se e submeter à aprovação da Assembleia Geral as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração da Sociedade;
- IV - Aprovar as diretrizes e estratégias da Sociedade e controladas;
- V - Aprovar os planos de negócios da Sociedade e de suas controladas, os orçamentos anuais e suas revisões periódicas e os planos de longo prazo e as decisões econômico-financeiras não previstas ou que extrapolam o orçamento anual e suas revisões periódicas, notadamente investimentos e desinvestimentos, aquisição e alienação de bens do ativo permanente, a entrada em novos ramos de negócios e os níveis máximos de endividamento da Sociedade;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



- VI - Analisar a performance geral da Sociedade e controladas, acompanhando os macros desvios dos planos e determinando medidas corretivas;
- VII - Aprovar a participação, ou aumento de participação da Sociedade no capital de outras empresas, bem como, a alienação total ou parcial dessa participação;
- VIII - Propor aumento do Capital autorizado ou redução do Capital Social, transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Sociedade ou de empresas controladas, diretas ou indiretas, encaminhando referidas propostas à aprovação das respectivas Assembleias;
- IX - Deliberar sobre o aumento de capital e a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, observadas as disposições legais e estatutárias;
- X - Deliberar sobre as condições de emissão de debêntures da Sociedade por delegação da Assembleia Geral;
- XI - Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, conforme proposta da Diretoria;
- XII - Autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, conforme critérios definidos pela Lei 6.404/1976;
- XIII - Aprovar a estrutura organizacional estatutária da Sociedade e encaminhar referida proposta para aprovação na Assembleia, observadas as disposições legais e estatutárias;
- XIV - Aprovar a Delegação de Responsabilidades e Regime de Competências da Sociedade, não sendo necessário o registro e o arquivamento de tais documentos na Junta Comercial ou em cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- XV - Examinar, a qualquer tempo, os livros da Sociedade e controladas;
- XVI - Solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;
- XVII - Escolher e destituir os auditores independentes;
- XVIII - Aprovar os planos gerais de auditoria dos auditores independentes e da auditoria interna;
- XIX - Propor a Política de Dividendos e submeter à Assembleia;
- XX - Acompanhar as ações de responsabilidade Social e Ambiental, considerando estas dimensões na definição dos negócios e operações e avaliando a efetiva contribuição para a sociedade onde atua;
- XXI - Aprovar a arquitetura da marca, zelar pelo cumprimento dos atributos desejados e acompanhar as ações para o fortalecimento da imagem institucional;
- XXII - Aprovar mudanças, correção ou aprimoramento de políticas ou práticas contábeis;

Visto: **Daniilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



- XXIII - Aprovar Política de Gestão de Riscos e Política de Operações Financeiras da Sociedade;
- XXIV - Aprovar política de remuneração, incluindo a remuneração variável, bônus e benefícios dos funcionários da Sociedade e controladas;
- XXV - Zelar pelo cumprimento do Estatuto Social e propor atualizações à Assembleia;
- XXVI - Eleger e destituir a qualquer tempo os diretores da Sociedade, fixando-lhes as atribuições; e
- XXVII - Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

SEÇÃO III CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES

- Art. 11 - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 05 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, que serão devidamente eleitos pela Assembleia Geral.
- §1º - O mandato dos conselheiros será unificado de 01 (um) exercício anual, podendo ser reeleitos pelo mesmo período ou destituídos a qualquer tempo, com observância das exceções legais.
- §2º - Para os efeitos deste artigo, considera-se exercício anual o período compreendido entre 02 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias.
- §3º - A Assembleia Geral designará, dentre os membros eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.
- §4º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração, ou a seu substituto, convocar as Assembleias Gerais, convocar e presidir as reuniões do Conselho, baixar os atos que consubstanciem as respectivas deliberações e praticar os atos de sua competência.
- §5º - Compete aos membros do Conselho discutir e deliberar sobre as matérias de sua competência.
- §6º - Nas ausências e impedimentos eventuais, o Presidente do Conselho de Administração será plenamente substituído pelo Vice-Presidente do Conselho, ou, caso haja impedimento deste último, o Presidente nomeará um substituto, ou, não ocorrendo à nomeação, o Conselheiro mais idoso assumirá o cargo.
- §7º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente ou a seu substituto, além do voto comum, o de qualidade.

Visto: **Daniilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



§8º - Os membros do Conselho de Administração não poderão acumular cargo de Diretoria estatutária.

SEÇÃO IV DIRETORIA COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES

Art. 12 - A Diretoria estatutária, com mandato de 03 (três) anos, será composta de 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 01 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor de Talentos Humanos, 01 (um) Diretor de Operações e Tecnologia, 01 (um) Diretor Comercial de Varejo e 01 (um) Diretor Comercial de Empresas, os quais deverão permanecer nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores, podendo, entretanto, serem destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§1º - Os Diretores investem-se nos seus cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, estando dispensados de prestação de caução.

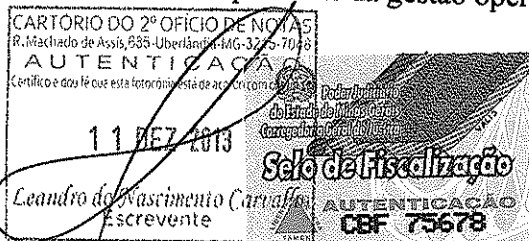
§2º - O Diretor Presidente pode nomear formalmente o seu substituto. Não ocorrendo nomeação, nas ausências e impedimentos eventuais do Diretor Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor imediato, conforme ordem da relação de cargos constante no caput deste artigo.

SEÇÃO V COMPETÊNCIA

Art. 13 - Compete à Diretoria estatutária:

- I - Representar a Sociedade em conjunto com outro Diretor, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social, bem como perante os acionistas, público em geral, empresas privadas e Administração Pública e no relacionamento com quaisquer entidades;
- II - Aprovar o estabelecimento de representação da Sociedade em qualquer parte do território nacional ou exterior;
- III - Elaborar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, submetendo-os ao Conselho Fiscal, quando instaurado, aos auditores independentes e ao Conselho de Administração, que, por sua vez, submeterá referidos documentos à aprovação da Assembleia Geral;
- IV - Estabelecer objetivos, políticas e diretrizes específicas da gestão operacional;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



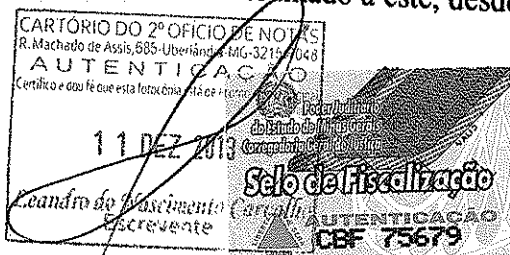
- V - Implementar as diretrizes estratégicas e a orientação geral dos negócios fixadas pelo Conselho de Administração;
- VI - Aprovar o plano de cargos, o quadro pessoal, a tabela de remuneração e o regulamento de pessoal da Sociedade, observada a Política de Remuneração;
- VII - Aprovar, por meio de formalização em ata da Diretoria, a constituição de ônus reais sobre bens da Sociedade e qualquer outra forma de outorga de garantias, para concessão de garantias em favor da Sociedade ou coligadas e controladas, sendo vedadas tais prestações para obrigações de qualquer pessoa física ou para obrigações de terceiros fora das empresas sob controle direto ou indireto da Algar S/A Empreendimentos e Participações;
- VIII - Reunir mediante convocação por escrito do Diretor Presidente ou de qualquer um de seus membros, decidindo por maioria de votos, presente a maioria dos Diretores, cabendo ao Diretor Presidente além do voto comum, o de qualidade. Na ausência do Diretor Presidente, a prerrogativa de proferir voto de qualidade, será transferida ao Diretor substituto conforme §2º Art. 12 supra;
- IX - Deliberar sobre assuntos julgados pelo Diretor Presidente ou pelos demais Diretores, como de competência colegiada da Diretoria ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração, pela Lei, pelo Estatuto ou pela Assembleia Geral;
- X - Cumprir o objeto social e as atividades, observando os limites e responsabilidades constantes neste Estatuto Social; e
- XI - Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração, pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

SEÇÃO VI DIRETORIA PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES

Art. 14 - Os atos, contratos e documentos que importem em responsabilidades para a Sociedade serão sempre assinados em conjunto por 02 (dois) Diretores Estatutários, preferencialmente Diretores das áreas envolvidas na operação.

§1º - Em casos de ausência ou impossibilidade de 02 (dois) Diretores Estatutários assinarem os atos definidos no caput deste artigo, referidos atos poderão ser assinados por 01 (um) Diretor Estatutário em conjunto com 01 (um) procurador, não subordinado a este, desde que investido de

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



especiais poderes, exceto para movimentação de contas bancárias a qual poderá ser assinada por dois procuradores com poderes específicos.

§2º - As procurações outorgadas em nome da Sociedade serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor Estatutário, devendo especificar os poderes conferidos e a duração do respectivo mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§3º - A Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor Estatutário ou 01 (um) Procurador com poderes especiais nos seguintes casos:

- a. Prática de atos de simples rotinas administrativas perante repartições públicas, fundações, sociedades de economia mista, concessionárias e autorizadas de serviço público, alfândega, autarquias, associações, sindicatos, federações, agências, bombeiros, juntas comerciais, órgãos de classe, ministérios, entes parastatais, instituições, empresas públicas, cartórios, serventias, secretarias, Secretária da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, delegacias, órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.
- b. Assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo representante;
- c. Assinatura de correspondência que não crie obrigações e ou responsabilidades para a Sociedade;
- d. Depoimentos judiciais ou representação da Sociedade em Juízo;
- e. Recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- f. Participação em licitações;
- g. Registros em Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- h. Vendas de produtos e serviços cujos contratos sejam previamente aprovados nos termos do caput do presente artigo.

§4º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória à forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações "ad negotia" ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração, exceto quanto àqueles outorgados para representação judicial, os quais poderão vigorar por prazo indeterminado. As procurações outorgadas a partir de 1º de dezembro poderão ter validade até 31 de dezembro do ano seguinte.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



§5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer diretor, procuradores ou empregados que a envolverem em obrigações, negócios, contratações ou operações estranhos ao objeto social, tais como, mas não se limitando a, fianças, ônus, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando os referidos atos forem em benefício do grupo econômico Algar.

§6º - A Diretoria da Sociedade está expressamente proibida de firmar quaisquer tipos de atos, contratos ou documentos com fim especulativo, bem como instrumentos financeiros de derivativos, especulativo ou não, independentemente do modelo, formato e/ou nomenclatura, sem prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração. Para fins exemplificativos entende-se por derivativos, quaisquer contratos nos quais se definem pagamentos futuros baseados no comportamento dos preços de um ativo de mercado, ou seja, é um contrato cujo valor deriva de um outro ativo.

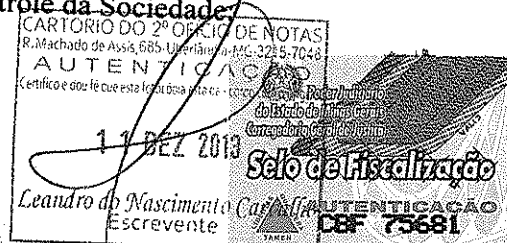
SEÇÃO VII DIRETORIA COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Art. 15 - São competências específicas dos cargos da Diretoria estatutária:

I - Diretor Presidente:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo, nos termos deste Estatuto, nomear procuradores em conjunto com outro Diretor Estatutário;
- b. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c. Superintender as atividades da administração executiva da Sociedade, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- d. Elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Sociedade, e suas revisões periódicas, responsabilizando-se pelo seu cumprimento;
- e. Assegurar à Sociedade a realização de atividades voltadas para a criação e divulgação das ações de Planejamento Estratégico que venham a garantir a sua continuidade através da diferenciação e identificação de oportunidades a serem exploradas;
- f. Assegurar a devida Governança Regulatória, específica para o setor de telecomunicações, visando o atendimento e cumprimento das obrigações das autorizações e concessões sob controle da Sociedade;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



- g. Executar as diretrizes e supervisionar todas as atividades da Sociedade, dimensionar e gerir adequadamente os riscos gerais dos negócios, definir as estratégias operacionais, garantir o desenvolvimento sustentável da Sociedade, a consolidação da marca e da imagem institucional; e
- h. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

II - Diretor Vice-Presidente de Operações:

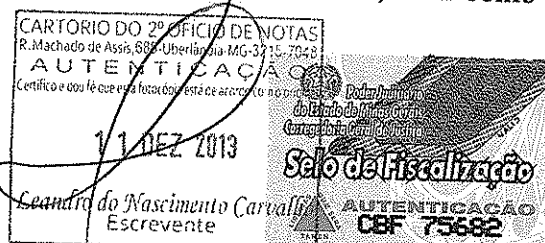
- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir as atividades das áreas Comercial, Marketing, Operação e Tecnologia, Governança de Projetos, Compras e Logística, Negócios com Operadoras e Jurídico, de maneira funcional e indireta, exceto para as questões operacionais;
- c. Cogerenciar o processo de construção da arquitetura estratégica da Sociedade, compreendendo o diagnóstico estratégico, competências centrais, objetivos estratégicos, metas de curto e longo prazo;
- d. Executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo, acompanhando os objetivos funcionais das diversas diretorias vinculadas e os planos de ação; e
- e. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

III - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir e coordenar as áreas de planejamento financeiro, faturamento, crédito e cobrança, controladoria, controle de ativos, financeiro, tesouraria e de relações com investidores, supervisionando o desempenho e os resultados destas áreas de acordo com as metas estabelecidas;
- c. Gerenciar os riscos gerais da Sociedade, especificamente com relação a crédito e inadimplência, câmbio, níveis de juros e de endividamento, bem como todas as suas posições financeiras;

Visto:

Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

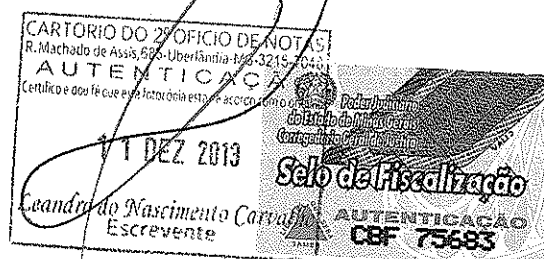


- d. Promover estudos e propor alternativas para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- e. Preparar as demonstrações financeiras da Sociedade assegurando a qualidade das informações econômico-financeiros quanto à confiabilidade, transparência, consistência e prazos;
- f. Gerenciar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Sociedade e com as partes envolvidas, inclusive administrando e otimizando os recursos financeiros aplicados;
- g. Responsabilizar-se pela contabilidade da Sociedade para atendimento das determinações legais e regulatórias aplicáveis tomando as providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários e instituições onde seus valores mobiliários sejam admitidos à negociação;
- h. Manter relacionamento, contatos e representar a Sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários, instituições financeiras e aquelas em que seus valores mobiliários sejam admitidos à negociação, órgãos ligados ao mercado de capitais, público investidor, bem como fornecedores nos assuntos pertinentes a esta Diretoria; e
- i. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

IV - Diretor de Talentos Humanos:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de talentos humanos da Sociedade responsabilizando-se pelos processos de admissão, desligamento, pagamentos, controles trabalhistas e legais específicos, bem como relacionamento com sindicatos e pela definição e gestão das políticas e procedimentos de administração salarial e de benefícios;
- c. Implementar políticas, projetos, planos e ações de gestão de Talentos Humanos, em harmonia com as políticas corporativas de Talentos Humanos, visando garantir a atração, retenção e desenvolvimento dos Talentos necessários ao plano estratégico da Sociedade;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



- d. Relacionar-se com sindicatos e conduzir as negociações coletivas da Sociedade; e
- e. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

V - Diretor de Operações e Tecnologia:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir as atividades de Engenharia, Operações, Redes, Segurança da Informação, Garantia de Receitas e Entrega de Serviços;
- c. Assegurar a infraestrutura útil e/ou necessária às operações, através da gestão eficiente dos projetos, aquisições, construção, montagem, planejamentos e gestão eficiente de uso técnico;
- d. Buscar novas tecnologias por meio de contatos e negociações com fornecedores de produtos e serviços; e
- e. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

VI - Diretor Comercial de Varejo:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Relacionar com Clientes em todos os canais de venda e atendimento, avaliando índices de satisfação, implementando ações de melhorias e assegurando o crescimento da Sociedade;
- c. Reter e fidelizar a carteira de Clientes;
- d. Desenvolver e implantar estratégias de vendas, políticas comerciais e estrutura para canais;
- e. Desenvolver ações regionais e apoiar as estratégias de marketing no seu segmento de atuação; e
- f. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



VII - Diretor Comercial de Empresas:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Relacionar com Clientes em todos os canais de venda e atendimento avaliando índices de satisfação, implementando ações de melhorias e assegurando o crescimento da Sociedade;
- c. Reter e fidelizar a carteira de Clientes;
- d. Desenvolver e implantar estratégias de vendas, políticas comerciais e estrutura para canais;
- e. Desenvolver ações regionais e apoiar as estratégias de marketing no seu segmento de atuação; e
- f. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

SEÇÃO VIII
DISPOSIÇÕES COMUNS AOS ADMINISTRADORES

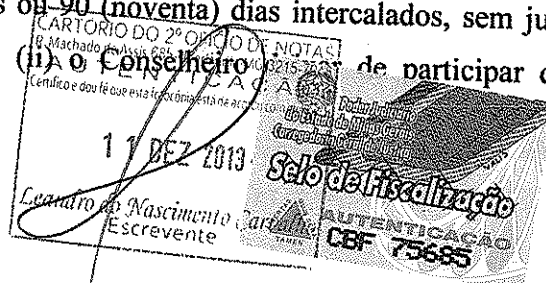
Art. 16 - Os administradores da Sociedade deverão zelar pela Visão, Missão e Valores e pelo cumprimento das políticas e diretrizes corporativas.

Art. 17 - Os administradores da Sociedade deverão zelar pelo cumprimento deste Estatuto Social, das disposições legais aplicáveis à Sociedade, do Regime de Competências e da Delegação de Responsabilidades da Sociedade.

Art. 18 - Aos administradores da Sociedade é vedado pertencer, sob qualquer forma ou títulos em quadros de dirigentes ou de empregados de empresas fabricantes, fornecedoras de materiais ou serviços, concorrentes, assim como de empresas executoras de obras, que por ventura mantenham contratos com a Sociedade, em magnitude que implique perda de independência.

Art. 19 - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dar-se-á a vacância do cargo, quando (i) o Diretor deixar o exercício da função durante o prazo do mandato, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias intercalados, sem justa causa, a juízo do Conselho de Administração; e (ii) o Conselheiro de participar de 03 (três)

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado da licença concedida pelo Conselho de Administração.

§1º - No caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o Diretor Presidente poderá nomear, interinamente, um substituto para assumir o cargo até a próxima eleição promovida pelo Conselho de Administração.

§2º - No caso de vacância definitiva de cargo de Membro do Conselho de Administração, os demais membros podem nomear substituto para cumprimento do restante do mandato ou até a primeira Assembleia Geral.

§3º - A renúncia ao cargo de administrador é feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornando-se eficaz, a partir deste momento perante a Sociedade e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no Registro do Comércio e sua publicação.

CAPITULO V DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 20 - A Assembleia Geral é o órgão superior da Sociedade, com poderes para deliberar, respeitados os limites previstos em lei, sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Sociedade.

Art. 21 - A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias de sua competência, nos termos do Art. 132 da Lei 6.404/1976 e alterações posteriores, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, são instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, por seu substituto ou por acionistas indicados dentre os presentes nas Assembleias, por maioria de votos dos acionistas detentores de ações ordinárias, cabendo a cada ação ordinária um voto para definição do Presidente da Mesa, que quando eleito, indicará o seu secretário.

§2º - É necessária a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta, no mínimo, do capital social votante, além dos demais casos previstos em lei, para deliberações sobre:

- I. Aumento e redução do capital social;
- II. Fixação do capital autorizado;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



- III. Mudança do objeto social da Sociedade;
- IV. Incorporação da Sociedade em outra, sua fusão ou cisão;
- V. Dissolução da Sociedade;
- VI. Cessação do estado de liquidação da Sociedade;
- VII. Participação em grupos de sociedades;
- VIII. Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;
- IX. Aumento de classes de ações preferências existentes, sem guardar proporção com as demais classes; e
- X. Redução do dividendo obrigatório.

§3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias por procuradores constituídos na forma da Lei 6.404/1976, devendo o instrumento de mandato ser depositado na sede social da Sociedade com antecedência mínima de 03 (três) dias.

CAPITULO VI DO CONSELHO FISCAL

Art. 22 - O Conselho Fiscal funcionará exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por acionistas, nos termos da Lei 6.404/1976.

Art. 23 - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 03 (três) membros, e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com observância da Lei 6.404/1976.

§1º - A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição.

§2º - Eleitos pela Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 01 (um) exercício anual, encerrando seu período de funcionamento na próxima Assembleia Geral Ordinária.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§4º - Além das formas previstas legalmente, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas pelo Diretor Presidente da Sociedade.

Visto: **Daniilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



§5º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocação a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal.

§6º - O Conselho se manifesta por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros, cabendo ao membro que discordar de manifestação específica, fazer constar em ata seu voto contrário, motivos e protesto, se desejar.

Art. 24 - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Art. 25 - Ocorrendo vacância do cargo de membro do Conselho, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a próxima Assembleia Geral procederá eleição de membro para ocupar o cargo vago.

Art. 26 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o § 3º do Art. 162 da Lei 6.404/1976.

Parágrafo Único: O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês.

CAPITULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

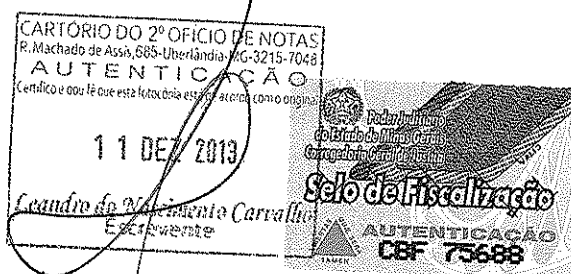
Art. 27 - O exercício social da Sociedade inicia-se a 1º de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro.

Art. 28 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, nos termos do Art. 176 da Lei 6.404/1976, as Demonstrações Financeiras constituídas de:

- I. Balanço patrimonial;
- II. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. Demonstração do resultado do exercício; e
- IV. Demonstração dos fluxos de caixa.

Art. 29 - Os lucros líquidos do exercício, ajustados de acordo com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, terão a seguinte destinação:

Visto: **Daniilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



- a. 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b. 25% (vinte e cinco por cento) destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e
- c. O saldo remanescente terá a sua destinação proposta pela Diretoria, respeitadas as disposições legais e estatutárias.

Parágrafo Único: A Diretoria poderá, mediante aprovação do Conselho de Administração, nos termos do Art. 204 da Lei 6.404/1976, levantar balanços intercalares e distribuir dividendos "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros registrados em balanço anual ou semestral, ou ainda, declarar e distribuir juros sobre o capital próprio e imputá-los ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Art. 30 - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo Único: Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos reverterão em favor da Sociedade.

Art. 31 - Desde que os lucros do exercício excedam a 10% (dez por cento) do capital social e satisfeitos os pré-requisitos legais, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores participação nos lucros, não excedente à remuneração anual dos administradores nem a 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.

CAPITULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - As operações e contratos com partes relacionadas devem ser firmadas em condições de mercado.

Art. 33 - A Diretoria estatutária não pode negociar atos, contratos ou documentos sem aprovação do Conselho de Administração, nas seguintes condições: (i) que sejam em moeda diversa, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social (ii) que restrinja

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



eventuais alterações societárias da Sociedade ou empresas controladas e (iii) que restrinja percentual ou o pagamento de dividendos previstos neste Estatuto Social.

Art. 34 - Os valores descritos no presente Estatuto e Anexo não podem ser fracionados para enquadramento de limites monetários de menor valor e níveis de aprovações.

Art. 35 - Na ocorrência de divergências entre as disposições deste Estatuto e legislação superveniente aplicável a esta Sociedade prevalecerão às disposições Legais.

Uberlândia, 18 de abril de 2012.

(Certifico que o presente é cópia fiel do Estatuto Social transcrito em livro próprio)

Marcelo Del Vigna
Presidente da Mesa

Danilo de Andrade Fernandes
Secretário "ad hoc"

Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

(a.a) Marcelo Del Vigna, Presidente da Mesa. Danilo de Andrade Fernandes, Secretário "ad hoc". p.p. ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – Bernardo Araujo Costa e Danilo de Andrade Fernandes. Tatiane de Souza Lemes Panato – Diretora Financeira e de Relações com Investidores.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO QUE ESTE DOCUMENTO FAZ PARTE INTEGRANTE
DO PROCESSO ARQUIVADO EM 25/04/2012
SOB O NÚMERO 4839802
NÃO PODENDO SER USADO SEPARADAMENTE.
PROTOCOLO: 122428811

MARCELO DE PAULA GOMES
SECRETÁRIO GERAL

AF0239189

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 585 - Uberlândia - MG - 32155-7048
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia está de acordo com o original.

11 DEZ 2013

Leandro de Souza
Diretor de Registro
do Estado de Minas Gerais
(Carregado em 11/12/2013)
Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CBF 75690

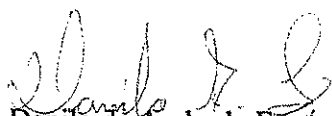
Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

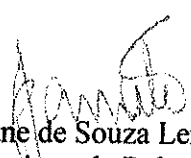
ANEXO I ao ESTATUTO SOCIAL da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
Limites e Responsabilidades de aprovações na Sociedade

Nota: Não é permitida aprovação fora dos limites apresentados no Estatuto e presente anexo.

RESPONSABILIDADES	LIMITES VALORES	APROVAÇÃO NA SOCIEDADE (1)	FORMALIZAÇÃO
1) Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras ou de fornecedores. <i>Nota 1: Inclui operações de leasing financeiro.</i> <i>Nota 2: Havendo necessidade do aval da Algar S/A Empreendimentos e Participações é necessária aprovação formal prévia.</i> <i>Nota 3: Contratação de empréstimo ponte, somente com aprovação prévia, em ato formal da Diretoria.</i> <i>Nota 4: Vedada contratação de Derivativos, independente de modelo, formato ou nomenclatura, sem prévia aprovação do Conselho de Administração.</i> <i>Nota 5: (*) Patrimônio Líquido: Valor constante no último balanço anual auditado.</i>	Acima de 5% (*) do valor do Patrimônio Líquido, por operação.	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
	Qualquer valor acima do limite de endividamento aprovado pelo CA no orçamento anual.	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião do Conselho de Administração
2) Liberação de multas contratuais com fornecedores. <i>Nota: O benefício da liberação deve ser igual ou maior que o valor liberado, podendo ser aplicado por troca, acréscimos ou, ainda, melhorias de bens, produtos e serviços ofertados.</i>	Acima de R\$ 300.000,00	Diretor De Área, Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
3) Pagamento de multas a fornecedores e clientes.	Acima de R\$ 100.000,00	Diretor de Área, Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
4) Alienação de bens do ativo permanente NÃO prevista no orçamento. <i>Nota 1: Para bens imóveis, considerar o limite de valor por unidade.</i> <i>Nota 2: Quando recebidos em pagamento de dívida de terceiros, não é necessária aprovação do Conselho.</i>	Acima do montante anual de R\$ 100.000,00	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião do Conselho de Administração
5) Vendas de sucata, conforme política da empresa.	Acima de R\$ 100.000,00	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
6) Constituição de ônus reais sobre bens da Sociedade, quando não for o próprio bem financiado.	Empresa	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
7) Prestação de garantia (aval/fiança) a terceiros. <i>Nota: É vedada a prestação de garantias para obrigações de qualquer pessoa física ou para obrigações de terceiros fora das empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Algar S/A Empreendimentos e Participações.</i>	Empresa	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
(1) Necessária aprovação por pelo menos 02 (dois) Diretores, preferencialmente das áreas envolvidas.			

Marcelo Del Vigna
Presidente da Mesa


 Danilo de Andrade Fernandes
 Secretário "ad hoc"


 Tatiane de Souza Lemes Panato
 Diretora Financeira e de Relações com Investidores

(a.a) Marcelo Del Vigna, Presidente da Mesa. Danilo de Andrade Fernandes, Secretário "ad hoc". p.p. ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – Bernardo Araujo Costa e Danilo de Andrade Fernandes. Tatiane de Souza Lemes Panato – Diretora Financeira e de Relações com Investidores.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OABMG: 128.797

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 R. Machado de Assis, 585 - Uruplandia - MG - 32135-70-8

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e assino que esta minuta está de acordo com o original.

11 DEZ 2013

Leandro de Nascimento Carvalho
 Escrevente



COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
Companhia Aberta

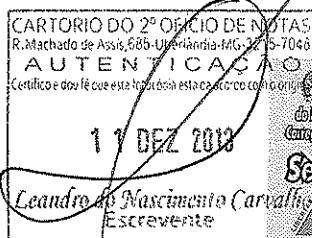
CNPJ: 71.208.516/0001-74

NIRE: 313.000.117-98

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 18 DE ABRIL DE 2012,
LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO, NA FORMA DO ART. 130 §
1º, DA LEI 6.404/76.**

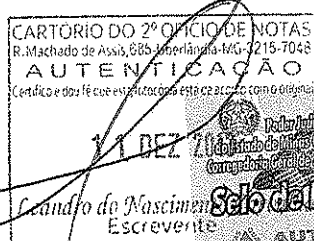
01. LOCAL, DATA E HORÁRIO: Sede social da Sociedade, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, no dia 18 de abril de 2012, às 11:00 (onze) horas. **02. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** I – Foram publicados o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2011, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 15/03/2012 da página 29 a 41, e no Jornal Correio em 15/03/2012 da página A30 a A38. II – Foram publicados os editais de convocação, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos dias 30/03, 31/03 e 03/04 de 2012, às páginas 08, 06 e 01, respectivamente, e no Jornal Correio nos dias 30/03, 31/03 e 03/04 de 2012, às páginas A4, A4 e A4. **03. PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto. Presente também na sede da Companhia, a Diretora Financeira e de Relações com Investidores Sra. Tatiane de Souza Lemes Panato bem como o representante da KPMG Auditores Independentes. **04. MESA:** Presidente, **Marcelo Del Vigna**. Secretário “ad hoc”, **Danilo de Andrade Fernandes**. **05. DELIBERAÇÕES:** (Por unanimidade dos presentes, salvo os legalmente impedidos ou aqueles que, por ventura, se abstiveram). a) Aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, na forma do Artigo 130, §1º e §2º, da Lei nº 6.404/76. b) Aprovados, sem restrições, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2011 com pareceres favoráveis do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e dos Auditores Externos KPMG Auditores Independentes. c) Aprovada a proposta da Diretoria da Companhia, com pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2011 tal qual apresentado no Relatório da

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



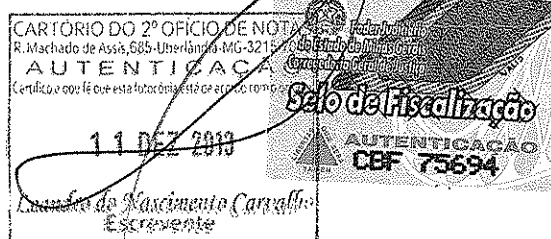
Diretoria e nas Demonstrações Financeiras, publicados em 15/03/2012 e referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2011. d) Aprovada a eleição do Conselho de Administração da Sociedade, pelo próximo exercício social, passando referido órgão a funcionar com a seguinte composição: Presidente - **LUIZ ALBERTO GARCIA**, brasileiro, casado, engenheiro e empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M-3.528.542 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. sob o n.º 004.953.606-00; Vice-Presidente - **LUIZ ALEXANDRE GARCIA**, brasileiro, casado, economista e empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M-1.214.924 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. sob o n.º 546.861.806-00; e membros: **ALEXANDRINO GARCIA NETO**, brasileiro, casado, empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG MG 681.008 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 266.621.836-87; **ELIANE GARCIA MELGAÇO**, brasileira, casada, empresária, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade RG MG 3.357.050 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o n.º 436.887.306-82; **HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço residencial na Avenida Princesa D' Oeste, n.º 1180 – Apto 22, CEP: 13.100-040, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade n.º 1995913 IFP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 239.045.427-53; **WALTER FONTANA FILHO**, brasileiro, casado, economista, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, n.º 365, 2º andar, CEP: 05.093-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG 4.250.008 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o n.º 947.648.408-04; **DARC ANTONIO DA LUZ COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, com endereço na Rua Cosme Velho, n.º 647, Cosme Velho, CEP: 22.241-125, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Cédula de Identidade n.º 18449 CREA-RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 242.165.507-20; **GERALDO SARDINHA PINTO FILHO**, brasileiro, casado, economista, com endereço na Rua Juvenal Melo Senra, n.º 21, Apto 1200, Belvedere, CEP: 30.320-660, Cidade de

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



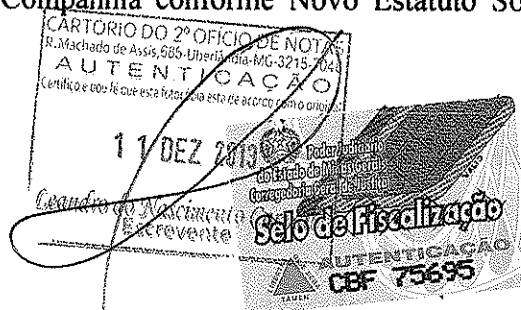
Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M 5549072 SSP/MG e inscrito do CPF/MF. sob o nº 140.094.126-15; **OZÍRES SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, com endereço na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1297, Conjunto 22, Cidade Monções, CEP: 045.71-932, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG 1136713 SSP/SP e inscrito do CPF/MF. sob o nº 018.557.868-34; e **EDUARDO MOREIRA DA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, com endereço na Praia do Flamengo, nº 168, Apto 1102, Flamengo, CEP: 22.210-030, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Cédula de Identidade MG 27.288.701-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 201.075.956-72. Os conselheiros eleitos nesta oportunidade declaram que não estão incursos em proibições que os impeçam de exercer referidos cargos. e) Aprovada a eleição do Conselho Fiscal, que passa a funcionar com a seguinte composição: como membro efetivo, GERALDO BATISTA CAETANO, brasileiro, casado, contador, com endereço na Avenida Princesa Izabel, n.º 1267, Centro, CEP: 38.400-192, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº MG 10.759.764 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. Sob o nº 123.849.256-87; e como membro suplente, UBIRAJARA CHAGAS MALDONADO, brasileiro, casado corretor de seguros, com endereço comercial na Rua Duque de Caxias, n.º 75, Centro, CEP: 38.400-142, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº. 1.770.360 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 061.566.498-91; como membro efetivo, GILBERTO SARAMAGO GATTI, brasileiro, divorciado, advogado, com endereço na Rua Bernardino Fonseca, n.º 49, General Osório, CEP: 38.400-220, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº 46.576 OAB/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 138.699.226-72; e como membro suplente: ANDRÉ LUIZ RAMOS DOS SANTOS GONTIJO PEIXOTO, brasileiro, casado, advogado, com endereço na Rua Luiz Roberto Alcântara, n.º 1335, Alto Umuarama, CEP: 38.405-356, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº 89.142 OAB/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 780.767.816-04; como membro efetivo, DILSON DALPIAZ DIAS, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, com endereço na Rua Bueno Brandão, nº 19, Osvaldo Resende, CEP: 38.400-378, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº 6.757.213-3 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 061.200.916-

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



53; e como membro suplente, HILO MARTINS DOS SANTOS, brasileiro, separado judicialmente, contador, com endereço na Avenida das Palmeiras, nº 812, Morada do Sol, CEP: 38.415-477, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº M3057862 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 578.120.986-72; sendo remunerados os membros efetivos, no montante global anual de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), a partir de 1º de maio de 2012 até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2013. Tal montante equivale a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, foi atribuída a cada Diretor Estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, sempre com o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos empregados da Companhia, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. f) Aprovado que os membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Sociedade serão remunerados por suas funções, no montante global anual de até R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). g) Aprovada a ratificação de operações financeiras celebradas pela Companhia em 30 de novembro de 2011 com instituições integrantes do conglomerado do BANCO SAFRA S/A, nos termos dos documentos apresentados que, rubricados pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa, encontram-se arquivados na sede da Companhia. h) Aprovada a extinção do cargo de Diretor de Marketing, e a alteração da denominação do cargo de Diretor de Governança e Estratégia para Diretor Vice-Presidente de Operações. Em virtude das deliberações, passa a Diretoria da Companhia a ter a seguinte estrutura: Diretor Presidente - **Divino Sebastião de Souza**; Diretor Vice-Presidente de Operações - **Jean Carlos Borges**; Diretora Financeira e de Relações com Investidores - **Tatiane de Souza Lemes Panato**; Diretora de Talentos Humanos - **Marineide da Silva Peres**; Diretor de Operações e Tecnologia - **Luis Antonio Andrade Lima**; Diretor Comercial de Varejo - **Oswaldo Cesar Carrijo**; e Diretor Comercial de Empresas - **Marcio Estefan**. O mandato da Diretoria permanecerá vigente conforme última eleição, a saber 30 de abril de 2014. i) Aprovada a revisão das competências dos cargos da Diretoria da Companhia conforme Novo Estatuto Social. j)


Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797



Aprovada a Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **06. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembléia, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Uberlândia-MG, 18 de abril de 2012. Marcelo Del Vigna, Presidente da Mesa. Danilo de Andrade Fernandes, Secretário "ad hoc". p.p. ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – Bernardo Araujo Costa e Danilo de Andrade Fernandes. Sra. Tatiane de Souza Lemes Panato - Diretora Financeira e de Relações com Investidores.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.

Marcelo Del Vigna
Presidente da Mesa


Danilo de Andrade Fernandes
Secretário "ad hoc"


Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4839802
EM 25/04/2012
#COMPANHIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL#

PROTOCOLO: 12/242.881-1

RF 0238438


MARLENE DE PAULA
SECRETARIA GERAL



Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
Companhia Aberta

CNPJ: 71.208.516/0001-74

NIRE: 313.000.117-98

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS
EM 19 DE ABRIL DE 2013, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO, NA FORMA DO ART.
130 § 1º, DA LEI 6.404/76.**

01. LOCAL, DATA E HORÁRIO: Sede social da Sociedade, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, no dia 19 de abril de 2013, às 10:00 (dez) horas. **02. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** I – Foram publicados o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2012, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19/03/2013 da página 12 a 26, e no Jornal Correio em 19/03/2013 da página 12 a 22. II – Foram publicados os editais de convocação, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos dias 03/04, 04/04 e 05/04 de 2013, às páginas 23, 13 e 02, respectivamente, e no Jornal Correio nos dias 03/04, 04/04 e 05/04 de 2013, às páginas A7, A4 e A4, respectivamente. **03. PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto. Presentes também à Assembleia: i. Sra. Tatiane de Souza Lemes Panato, Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia; ii. o Sr. Fábio Roberto Elias Tymburibá, representante da KPMG Auditores Independentes; iii. o Sr. Gilberto Saramago Gatti, Membro do Conselho Fiscal da Companhia; e iv. os Srs. Giancarlo Falkenstein e Miguel Monteiro, representante da empresa APSIS Consultoria e Avaliações Ltda. **04. MESA:** Presidente, **Bernardo Araujo Costa**. Secretário “ad hoc”, **Danilo de Andrade Fernandes**. **05. ORDEM DO DIA:** I. Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. 3. Eleição dos membros que irão compor o Conselho de Administração pelo próximo exercício social. 4. Eleição dos membros que irão compor o Conselho Fiscal e fixação da remuneração anual Global. 5. Deliberar sobre a fixação da remuneração anual Global da Administração da Companhia. II – Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Apreciar a proposta de Incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da CTBC Celular S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Parte, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Cidade de Uberlândia,

Visto:  **Danilo de Andrade Fernandes**
CPF: 128.797



Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF n.º 05.835.916/0001-85 e NIRE n.º 313.000.182-11 ("CTBC Celular") e CTBC Multimídia Data Net S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Mezanino, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.622.116/0001-13 e NIRE n.º 313.000.246-36 ("CTBC Multimídia"), que não sejam detidas direta ou indiretamente pela Companhia, nos termos do artigo 252 da Lei n.º. 6.404/76 ("Incorporações de Ações"); 2. Appreciar o Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações da CTBC Celular e da CTBC Multimídia, celebrado em 02 de abril de 2013 pelos membros da Diretoria da Companhia ("Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações"); 3. Ratificar a nomeação e a contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda, com sede na Rua da Assembleia n.º 35, 12º andar, Cidade do Rio de Janeiro/RJ inscrita no CNPJ/MF 08.681.365/0001-30 e no CRC/RJ 005112/O-9 ("APSIS"), como empresa especializada responsável pela avaliação das ações de emissão da CTBC Celular e da CTBC Multimídia a serem incorporadas ao patrimônio da Companhia ("Laudo de Avaliação"), para os fins do disposto nos arts. 8º e 226 da Lei n.º. 6.404/76, bem como pela elaboração dos respectivos laudos de avaliação para os fins do disposto no artigo 264 da Lei n.º 6.404/76; 4. Aprovar o Laudo de Avaliação e os laudos de avaliação para os fins do disposto no artigo 264 da Lei n.º 6.404/76; 5. Aprovar o aumento do capital da Companhia em razão da Incorporação de Ações, no montante de R\$ 39.780.321,82 (trinta e nove milhões setecentos e oitenta mil trezentos e vinte um reais e oitenta e dois centavos), passando de R\$ 271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos) para R\$ 311.420.604,87 (trezentos e onze milhões quatrocentos e vinte mil seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos), mediante a emissão de 9.754 (nove mil setecentas e cinquenta e quatro) novas ações, sendo 2.043 (duas mil e quarenta e três) ações ordinárias e 7.711 (sete mil setecentas e onze) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal, bem como a conversão das ações preferenciais já existentes em ações preferenciais classe A, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações. 6. Aprovar a alteração do art. 7º do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir o aumento de capital social decorrente da Incorporação de Ações; 7. Autorizar os administradores da Companhia a adotar as providências necessárias para formalizar a Incorporação de Ações. **06. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade dos presentes, salvo os legalmente impedidos ou aqueles que, por ventura, se abstiveram, foram tomadas as seguintes deliberações:

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
CPF: 128.797

8



Aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, na forma do Artigo 130, §1º e §2º, da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2012, publicadas 19/03/2013, com pareceres favoráveis do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e dos Auditores Externos KPMG Auditores Independentes, contendo apenas modificação na destinação dos lucros proposta pelos órgãos da administração, conforme indicado no item 2 abaixo, nos termos do Artigo 134, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76.

2. Aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 46.082.342,57 (quarenta e seis milhões oitenta e dois mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). Tendo em vista o valor ora aprovado para distribuição e o total de 340.397 (trezentas e quarenta mil trezentas e noventa e sete) ações de emissão da CTBC Telecom, será atribuída a distribuição de R\$ 135,378228 para cada ação ordinária e preferencial.

3. Aprovada a eleição do Conselho de Administração da Sociedade, pelo próximo exercício social, passando referido órgão a funcionar com a seguinte composição: Presidente - **LUIZ ALBERTO GARCIA**, brasileiro, casado, engenheiro e empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M-3.528.542 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. sob o nº 004.953.606-00; Vice-Presidente - **LUIZ ALEXANDRE GARCIA**, brasileiro, casado, economista e empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M-1.214.924 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. sob o nº 546.861.806-00; e membros: **ALEXANDRINO GARCIA NETO**, brasileiro, casado, empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG MG 681.008 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 266.621.836-87; **ELIANE GARCIA MELGAÇO**, brasileira, casada, empresária, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade RG MG 3.357.050 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
CPF/MG: 128.797

§



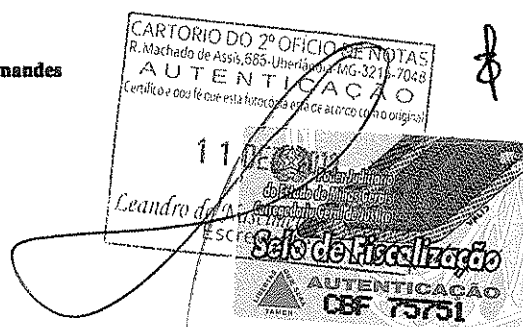
436.887.306-82; **HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço residencial na Avenida Princesa D' Oeste, nº 1180 – Apto 22, CEP: 13.100-040, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade nº 1995913 IFP e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.045.427-53; **WALTER FONTANA FILHO**, brasileiro, casado, economista, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 365, 2º andar, CEP: 05.093-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG 4.250.008 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 947.648.408-04; **DARC ANTONIO DA LUZ COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, com endereço na Rua Cosme Velho, nº 647, Cosme Velho, CEP: 22.241-125, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Cédula de Identidade nº 18449 CREA-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 242.165.507-20; **GERALDO SARDINHA PINTO FILHO**, brasileiro, casado, economista, com endereço na Rua Juvenal Melo Senra, nº 21, Apto 1200, Belvedere, CEP: 30.320-660, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M 5549072 SSP/MG e inscrito do CPF/MF. sob o nº 140.094.126-15; **OZIERES SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, com endereço na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1297, Conjunto 22, Cidade Monções, CEP: 045.71-932, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG 1136713 SSP/SP e inscrito do CPF/MF. sob o nº 018.557.868-34; **EDUARDO MOREIRA DA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, com endereço na Praia do Flamengo, nº 168, Apto 1102, Flamengo, CEP: 22.210-030, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Cédula de Identidade 27.288.701-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 201.075.956-72; e **SERGIO ALAIR BARROSO**, brasileiro, casado, economista, com endereço na Rua do Ouro, n.º 1.186, Apto 300, Serra, CEP: 30.220-000, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade 8.100.986-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 609.555.898-00. Os conselheiros eleitos nesta oportunidade declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



4. Aprovada a eleição do Conselho Fiscal, que passa a funcionar com a seguinte composição: como membro efetivo, GERALDO BATISTA CAETANO, brasileiro, casado, contador, com endereço na Avenida Princesa Izabel, n.º 1267, Centro, CEP: 38.400-192, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º MG 10.759.764 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. Sob o n.º 123.849.256-87; e como membro suplente, UBIRAJARA CHAGAS MALDONADO, brasileiro, casado corretor de seguros, com endereço comercial na Rua Duque de Caxias, n.º 75, Centro, CEP: 38.400-142, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º 1.770.360 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o n.º 061.566.498-91; como membro efetivo, GILBERTO SARAMAGO GATTI, brasileiro, divorciado, advogado, com endereço na Rua Bernardino Fonseca, n.º 49, General Osório, CEP: 38.400-220, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º 46.576 OAB/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 138.699.226-72; e como membro suplente, HILO MARTINS DOS SANTOS, brasileiro, separado judicialmente, contador, com endereço na Avenida das Palmeiras, n.º 812, Morada do Sol, CEP: 38.415-477, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º M3057862 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 578.120.986-72; como membro efetivo, DILSON DALPIAZ DIAS, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, com endereço na Rua Bueno Brandão, n.º 19, Osvaldo Resende, CEP: 38.400-378, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º 6.757.213-3 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n.º 061.200.916-53; e como membro suplente, OZORIO MARQUES FERREIRA NETO, brasileiro, casado, contador, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identificação n.º 96.647 – OAB/MG e inscrito no CPF/MF. n.º 080.335.446-00; sendo remunerados os membros efetivos, no montante global anual de R\$ 124.000,00 (cento e vinte quatro mil reais), a partir de 1º de maio de 2013 até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2014. Tal montante equivale a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, foi atribuída a cada Diretor Estatutário. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, sempre com o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos empregados da Companhia, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. Os membros do Conselho Fiscal eleitos nesta oportunidade declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da

Visto: 
Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



Companhia por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

5. Aprovado que os membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Sociedade serão remunerados por suas funções, no montante global anual de até R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Aprovada a proposta de Incorporação de Ações.
2. Aprovado o Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações.
3. Aprovada a ratificação da escolha da APSIS como empresa especializada para elaboração do Laudo de Avaliação e demais laudos para os fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.
4. Aprovado o Laudo de Avaliação e demais laudos preparados pela APSIS para os fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.
5. Em virtude da aprovação da Incorporação de Ações e nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações, fica aprovada a conversão das ações preferenciais atualmente existentes em Ações Preferenciais Classe A, sem alteração dos atuais direitos, bem como a criação de nova classe de ação preferencial denominada Ação Preferencial Classe B, que terá as seguintes vantagens:

- (i) Ação sem direito a voto, exceto pelo disposto abaixo;
- (ii) Direito a voto, sem prejuízo do disposto no §1º do Art. 115 da Lei 6.404/1976, nas decisões relativas à celebração, pela CTBC TELECOM, de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive de assistência técnica, com entidades estrangeiras

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



vinculadas aos seus acionistas controladores, na forma do disposto no contrato de concessão celebrado entre a CTBC Telecom e o Poder Concedente;

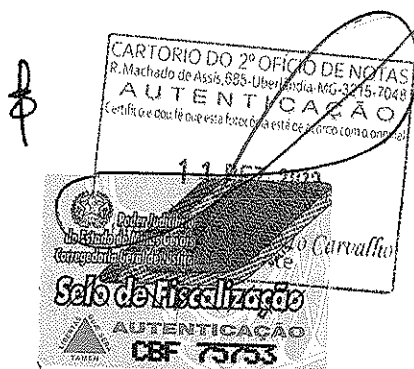
- (iii) Prioridade no reembolso de capital; e dividendos 10% (dez por cento) maiores dos que os pagos às ações ordinárias.

6. Foram em seguida, suspensos os trabalhos às 11:00 (onze) horas, a fim de que neste intervalo de tempo sejam ouvidos os acionistas preferencialistas da Companhia, que se acham reunidos em Assembleia Geral Especial, nos termos do §1º do Artigo 136 da Lei 6.404/1976, quanto à criação da nova Classe B de ações preferenciais, com direitos diferenciados das atuais ações preferenciais da Companhia ora denominadas Ações Preferenciais Classe A. Os acionistas preferencialistas se manifestaram favoráveis à criação da nova Classe B de ações preferenciais, denominada Ações Preferenciais Classe B, nos termos do item 5. acima.

7. Reabertos os trabalhos às 11:30 (onze e trinta) horas, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, em decorrência da Incorporação de Ações, passando de R\$ 271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos), para R\$ 311.420.604,87 (trezentos e onze milhões quatrocentos e vinte mil seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos), ou seja, um aumento de R\$ 39.780.321,82 (trinta e nove milhões setecentos e oitenta mil trezentos e vinte um reais e oitenta e dois centavos), com a emissão de 9.754 (nove mil setecentas e cinquenta e quatro) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 2.043 (duas mil e quarenta e três) ações Ordinárias e 7.711 (sete mil setecentas e onze) ações Preferenciais de Classe B, realizadas e subscritas nos termos do Boletim de Subscrição anexo a esta ata.

8. Em razão do aumento do capital social ora deliberado, o capital social da Companhia passará a ser representado por 350.151 (trezentas e cinquenta mil cento e cinquenta e uma) ações, sendo (i) 283.976 (duzentas e oitenta e três mil novecentas e setenta e seis) Ações Ordinárias; (ii) 58.464 (cinquenta e oito mil quatrocentas e sessenta e quatro) Ações Preferenciais de classe A; e (iii) 7.711 (sete mil setecentas e onze) Ações Preferenciais de classe B, todas nominativas e sem valor nominal, passando o Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



"Art. 7º. O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 311.420.604,87 (trezentos e onze milhões quatrocentos e vinte mil seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos), dividido em 283.976 (duzentas e oitenta e três mil novecentas e setenta e seis) ações ordinárias, 58.464 (cinquenta e oito mil quatrocentas e sessenta e quatro) ações preferenciais classe A e 7.711 (sete mil setecentas e onze) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

§1º - As capitalizações com reservas e lucros serão feitas independentemente de aumento do número de ações.

§2º - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias.

§3º - As ações da Sociedade poderão ser escriturais, de acordo com deliberação de sua Diretoria.

§4º - As ações preferenciais serão de classe A ou classe B e não conferirão a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais, possuindo cada classe as seguintes vantagens:

Ação Preferencial Classe A:

I. Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido;

II. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias; e

III. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

Ação Preferencial Classe B:

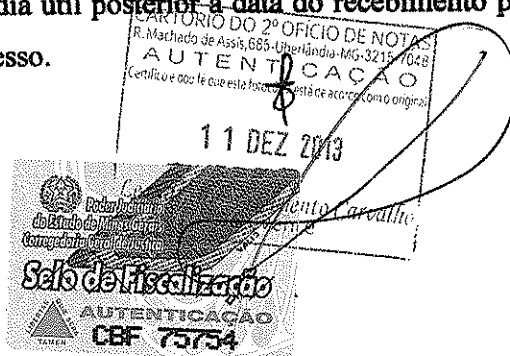
I. Prioridade no reembolso de capital; e

II. Dividendos 10% (dez por cento) maiores dos que os pagos às ações ordinárias.

§5º - Não obstante o disposto no §4º do Art. 7º desse instrumento, as ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Sociedade terão direito a voto, sem prejuízo do disposto no §1º do Art. 115 da Lei 6.404/1976, nas decisões relativas à celebração, pela Sociedade, de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive de assistência técnica, com entidades estrangeiras vinculadas aos seus acionistas controladores, na forma do disposto no contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e o Poder Concedente."

9. Em cumprimento ao disposto no artigo 252, §1º, da Lei das S.A., os acionistas da Companhia que mantiveram a titularidade de ações, desde 02 de abril de 2013, data da publicação do Fato Relevante que deu conhecimento da Incorporação de Ações ao mercado, inclusive, até a data do efetivo exercício do direito de recesso e dissenter da deliberação sobre a Incorporação de Ações poderá exercer o direito de recesso sobre tais ações, retirando-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, sendo o pagamento realizado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data do recebimento pela Companhia, da formalização por escrito do direito de recesso.

Visto: Daniilo de Andrade Fernandes
OAB/SP: 128.797

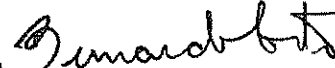


10. Aprovada a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação e formalização da Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo de Justificação e Incorporação de Ações.


07. **ABSTENÇÃO DE VOTOS:** Das deliberações tomadas, houve abstenção de votos dos legalmente impedidos. 08. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. (a.a) Presidente da Mesa – Bernardo Araujo Costa. Secretário “ad hoc” – Danilo de Andrade Fernandes. **ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES** - Marcelo Mafra Bicalho e p.p Danilo de Andrade Fernandes. Diretora Financeira e de Relações com Investidores – Tatiane de Souza Lemes Panato. KPMG Auditores Independentes – Fábio Roberto Elias Tymburibá. Membro do Conselho Fiscal – Gilberto Saramago Gatti. APSIS Consultoria e Avaliações Ltda – Giancarlo Falkenstein e Miguel Monteiro.

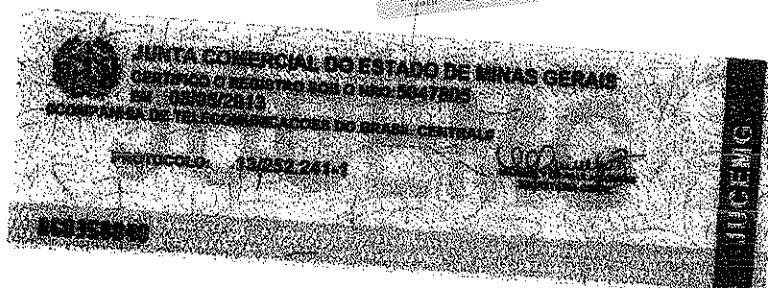
Uberlândia-MG, 19 de abril de 2013.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio)


Bernardo Araujo Costa
Presidente da Mesa




Danilo de Andrade Fernandes
Secretário “ad hoc”




Visto: 
Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

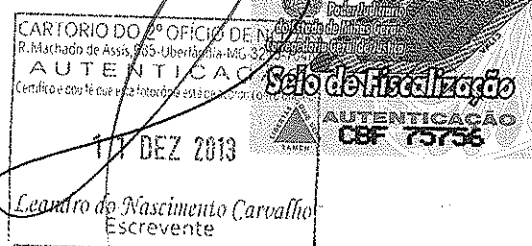
COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
Companhia Aberta

CNPJ: 71.208.516/0001-74
NIRE: 313.000.117-98

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2013, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO, NA FORMA DO ART. 130 § 1º, DA LEI 6.404/76.


01. LOCAL, DATA E HORÁRIO: Sede social da Sociedade, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, no dia 09 de maio de 2013, às 09:00 (nove) horas. **02. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Foram publicados os editais de convocação, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos dias 24/04, 25/04 e 26/04 de 2013, às páginas 01, 33 e 23, respectivamente, e no Jornal Correio nos dias 24/04, 25/04 e 26/04 de 2013, às páginas A4, A4 e A4, respectivamente. **03. PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto. Presente também na sede da Companhia, a Diretora de Talentos Humanos Sra. Marineide da Silva Peres. **04. MESA:** Presidente, Luciano Roberto Pereira. Secretário "ad hoc", Bernardo Araujo Costa. **05. DELIBERAÇÕES:** (Por unanimidade dos presentes, salvo os legalmente impedidos ou aqueles que, por ventura, se abstiveram). a) Aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, na forma do Artigo 130, §1º e §2º, da Lei nº 6.404/76. b) Aprovada a criação do cargo de Diretor de Negócios Atacado e a respectivas competências do cargo. Em virtude de referida deliberação, fica aprovada a alteração da redação do Art. 12 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: *Art. 12 - A Diretoria estatutária, com mandato de 03 (três) anos, será composta de 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 01 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor de Talentos Humanos, 01 (um) Diretor de Operações e Tecnologia, 01 (um) Diretor Comercial de Varejo, 01 (um) Diretor Comercial de Empresas e 01 (um) Diretor de Negócios Atacado, os quais deverão permanecer nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores, podendo, entretanto, serem destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.* Fica aprovada também a criação do inciso VIII do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia que

Visto: 
Bernardo Araujo Costa
OAB/MG: 105.296

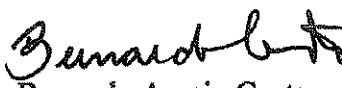


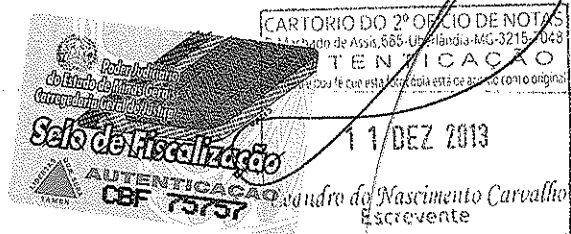
terá a seguinte redação: Art. 15 - São competências específicas dos cargos da Diretoria estatutária: VIII - Diretor de Negócios Atacado: a. Representar a Sociedade em todos os atos relacionados ao atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes às Ofertas de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, da Agência Nacional de Telecomunicações e eventuais alterações.e) Aprovada a eleição do Sr. Marcelo Almeida Nunes, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº MG 3.193.699 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. sob o nº 561.255.426-53, ao Cargo de Diretor de Negócios Atacado, pelo restante do mandato dos atuais membros, a saber 30 de abril de 2014. O administrador eleito nesta oportunidade declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. d) Aprovar a extinção do CAPÍTULO IX – Comitê Especial Independente do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista o cumprimento de todas as atividades pelo Comitê e a conclusão da operação a que se destinou sua constituição. 06. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Uberlândia-MG, 09 de maio de 2013. Luciano Roberto Pereira, Presidente da Mesa. Bernardo Araujo Costa, Secretário “ad hoc”. p.p. ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – Bernardo Araujo Costa e Danilo de Andrade Fernandes. Sra. Marineide da Silva Peres - Diretora de Talentos Humanos.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.


Luciano Roberto Pereira
Presidente da Mesa

Visto: 
Bernardo Araujo Costa
OAB/MG: 105.296


Bernardo Araujo Costa
Secretário “ad hoc”



COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
Companhia Aberta

CNPJ: 71.208.516/0001-74

NIRE: 313.000.117-98

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2013, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO, NA FORMA DO ART. 130 § 1º, DA LEI 6.404/76.

01. LOCAL, DATA E HORÁRIO: Sede social da Sociedade, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, no dia 04 de novembro de 2013, às 09:00 (nove) horas. **02. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Foram publicados os editais de convocação, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos dias 18/10, 19/10 e 22/10 de 2013, às páginas 02, 02 e 05, respectivamente, e no Jornal Correio nos dias 18/10, 19/10 e 22/10 de 2013, às páginas A4, A4 e A4, respectivamente. **03. PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto. Presente também na sede da Companhia, a Diretora Financeira e de Relações com Investidores, Sra. Tatiane de Souza Lemes Panato. **04. MESA:** Presidente, Tatiane de Souza Lemes Panato. Secretário "ad hoc", Luciano Roberto Pereira. **05. ORDEM DO DIA:** a) Apreciar a alteração da denominação social da Sociedade; b) Apreciar a proposta de cancelamento de 5.190 (cinco mil cento e noventa) ações em tesouraria; e c) Apreciar a proposta de capitalização de parte do saldo da conta de reserva de lucros. **06. DELIBERAÇÕES:** (Por unanimidade dos presentes, salvo os legalmente impedidos ou aqueles que, por ventura, se abstiveram). a) Aprovada a alteração da denominação social da Sociedade, passando de COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL para ALGAR TELECOM S/A. b) Aprovado o cancelamento de 5.190 (cinco mil cento e noventa) ações de emissão da Sociedade que encontram-se em tesouraria, sendo 1.156 (uma mil cento e cinquenta e seis) Ações Ordinárias; 672 (seiscentas e setenta e duas) Ações Preferenciais PNA; e 3.362 (três mil, trezentas e sessenta e duas) Ações Preferenciais PNB. c) Aprovado o aumento do Capital Social da Sociedade, passando de R\$ 311.420.604,87 (trezentos e onze milhões quatrocentos e vinte mil seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos) para R\$ 421.420.604,87 (quatrocentos e vinte um milhões, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos), sem emissão de ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta de reserva de lucros, no

Visto:

Paulo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.759

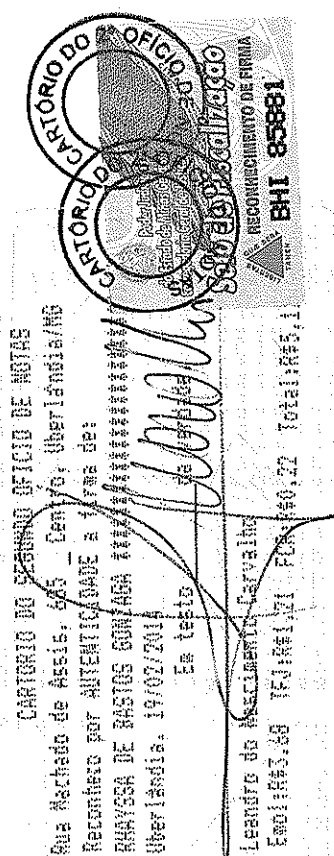
2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Moisés de Assis, 885-Uberlândia-MG-3215-7041
AUTENTICAÇÃO
03 DEZ 2013
Leandro do Nascimento Carvalho
Escritor

Salto de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CBF 70472

DECLARAÇÃO

A ALGAR TELECOM S/A, atual denominação da empresa Cia de Telecomunicações do Brasil Central, inscrita no CNPJ sob o número 71.208.516/0001-74, com sede na Rua José Alves Garcia, 415 – Bairro Brasil, Uberlândia – MG representada pela Sra. Rhayssa de Bastos Gonzaga, portadora da carteira de identidade nº MG-16.171.537 SSP/MG e do CPF nº 094. 448.486-07, DECLARA que possui o compromisso de responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010.

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.




Rhayssa de B. Gonzaga
 ALGAR TELECOM
 Coordenação de Vendas Governo - CVG
 Ramal: (34) 3256-2688
 Celular: (34) 9971-5397
 Fax: (34) 3213-8492
 rhayssa@algartelecom.com.br

ALGAR TELECOM
 CNPJ nº 71.208.516/0001-74
 Rua José Alves Garcia, nº 415
 Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
 Uberlândia/MG

Algar Telecom



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE UBERLANDIA
JUSTIÇA COMUM


864144 CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA - ESPECÍFICA POR AÇÃO

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, nas ações específicas de CONCORDATA PREVENTIVA, CONCORDATA SUSPENSIVA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NADA HAVER CONTRA:
ALGAR TELECOM S/A

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS AÇÕES DE NATUREZA DIVERSA DAQUELAS AQUI MENCIONADAS.

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:
CNPJ:71208516/0001-74

UBERLANDIA, 07 de FEVEREIRO de 2014 - 16:57:26


ELIZABETE MARIA MORGADO E FERNANDES
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTA DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM ABELARDO PENNA
PÇ. PROFESSOR JACY DE ASSIS BAIRRO: CENTRO CEP: 38400121
UBERLANDIA - MINAS GERAIS





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Comarca de Uberlândia – Administração do Fórum
121 anos de instalação da Comarca de Uberlândia 25/01/1892

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Atachado de 2013, em Uberlândia-MG-3215-7048
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia está de acordo com o original

12 FEB 2014

Reinaldo Cunha

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CBF 45658

ATESTADO

ATESTO para os devidos fins, a pedido da empresa a **ALGAR TELECOM S/A** devidamente inscrita no CNPJ sob o N°71.208.516/0001-74 a quem possa interessar, que no âmbito da Justiça Estadual na Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, funcionam regularmente, com seus titulares, as seguintes Secretarias Judiciais: **1ª Vara Cível:** Bel. Reinaldo Cunha, em exercício; **2ª Vara Cível:** Bela. Marília Caixeta Peres Oliveira, em exercício; **3ª Vara Cível:** Bela. Madalena Gontijo Borges Fonseca, em exercício; **4ª Vara Cível:** Bela. Joana Batista Martins, em exercício; **5ª Vara Cível:** Bel. Marco Túlio Afonso Borges, em exercício; **6ª Vara Cível:** Bel. Marlene Nunes Caixeta, em exercício; **7ª Vara Cível:** Sandra Regina Rezende Oliveira, em exercício; **8ª Vara Cível:** Bela. Teresinha Luiza Rezende Oliveira, em exercício; **9ª Vara Cível:** Bel. Marco Aurélio Afonso Borges, em exercício; **10ª Vara Cível:** Bela. Sônia Alves do Prado, em exercício; **1ª Vara de Família e Sucessões:** Bela. Valquíria Barros Alvim da Penha, em exercício; **2ª Vara de Família e Sucessões:** Bela. Elisabete Maria Morgado e Fernandes, em exercício; **3ª Vara de Família e Sucessões:** Bel. Fernando Luis Pereira Lima, em exercício; **4ª Vara de Família e Sucessões:** Bela. Denise França Linhares, em exercício; **5ª Vara de Família e Sucessões:** Bela. Lúcia Helena Pereira de Araújo Campos, em exercício; **Vara de Execuções Penais:** Bela. Luciene Rodrigues Soares, em exercício; **1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias:** Bela. Sheila Mara de Lima, em exercício; **2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias:** Bela. Adna Aparecida de Mendonça, em exercício; **1ª Vara Criminal:** Bela. Leila Maria Anchieta de Freitas, em exercício; **2ª Vara Criminal:** Bela. Edna Maria Francisco Pires, em exercício; **3ª Vara Criminal:** Bela. Márcia Rocha de Oliveira, em exercício; **4ª Vara Criminal:** Bela. Anna Clarinda Naves, em exercício; **Vara de Crimes Contra a Pessoa e de Precatórias Criminais:** André Luiz de Araújo, em exercício; **Serviço Auxiliar de Contadoria, Tesouraria e Distribuição:** Bel. Flávia Felício, em exercício; **Tabelionato de Registro de Protestos:** Dr. Wilno Roberto de Sousa Silveira; **Cartório do 1º Ofício de Notas:** Dr. Carlos Antônio de Araújo; **Cartório do 2º Ofício de Notas:** Dr. Djalma Pizarro; **Cartório do 3º Ofício de Notas:** Dr. Eduardo Maurício Rodrigues da Cunha;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: COMPANHIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 71.208.516/0001-74

Certidão nº: 41836097/2014

Expedição: 03/02/2014, às 08:20:18

Validade: 01/08/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que COMPANHIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 71.208.516/0001-74, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0000767-91.2012.5.03.0104 - TRT 03ª Região *

0029200-88.2007.5.03.0134 - TRT 03ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

Total de processos: 2.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
(Individual)Data-base
31/12/2012

Valores: R\$ mil

Índices - Balanço - 31/12/2012**A) Índice de Liquidez Geral (LG):**

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$$

$$LG = \frac{(267.154 + 37.292)}{(249.397 + 662.533)} = \frac{304.446}{911.930} = 0,33$$

B) Índice de solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$$

$$SG = \frac{1.534.395}{(249.397 + 662.533)} = \frac{1.534.395}{911.930} = 1,68$$

C) Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

$$LC = \frac{267.154}{249.397} = 1,07$$

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
CNPJ/MF: 74.208.516/0001-74Carlos Henrique Alarinho
Contador - CRC/MG 092.659/O-3CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia - MG - 3216-7048
AUTENTICAÇÃO
(Certifico e dou fé que esta fotocópia está de acordo com o original)

11 DEZ 2013

Leandro do Nascimento Gonçalves

Oscar de Moura
de Estado de Minas Gerais
Carregador Geral de Notas**Selo de Fiscalização**AUTENTICAÇÃO
CBF 75139

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
Companhia Aberta

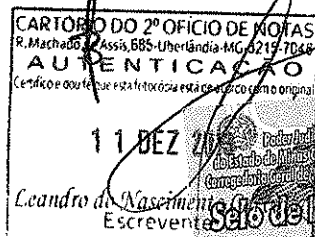
CNPJ: 71.208.516/0001-74
NIRE: 313.000.117-98

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 19 DE ABRIL DE 2013, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO, NA FORMA DO ART. 130 § 1º, DA LEI 6.404/76.

01. LOCAL, DATA E HORÁRIO: Sede social da Sociedade, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, no dia 19 de abril de 2013, às 10:00 (dez) horas. **02. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** I – Foram publicados o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2012, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19/03/2013 da página 12 a 26, e no Jornal Correio em 19/03/2013 da página 12 a 22. II – Foram publicados os editais de convocação, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos dias 03/04, 04/04 e 05/04 de 2013, às páginas 23, 13 e 02, respectivamente, e no Jornal Correio nos dias 03/04, 04/04 e 05/04 de 2013, às páginas A7, A4 e A4, respectivamente. **03. PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto. Presentes também à Assembleia: i. Sra. Tatiane de Souza Lemes Panato, Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia; ii. o Sr. Fábio Roberto Elias Tymburibá, representante da KPMG Auditores Independentes; iii. o Sr. Gilberto Saramago Gatti, Membro do Conselho Fiscal da Companhia; e iv. os Srs. Giancarlo Falkenstein e Miguel Monteiro, representante da empresa APSIS Consultoria e Avaliações Ltda. **04. MESA:** Presidente, Bernardo Araujo Costa. Secretário “ad hoc”, Danilo de Andrade Fernandes. **05. ORDEM DO DIA:** I. Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. 3. Eleição dos membros que irão compor o Conselho de Administração pelo próximo exercício social. 4. Eleição dos membros que irão compor o Conselho Fiscal e fixação da remuneração anual Global. 5. Deliberar sobre a fixação da remuneração anual Global da Administração da Companhia. II – Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Apreciar a proposta de Incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da CTBC Celular S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Parte, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Cidade de Uberlândia,

Visto:

Danilo de Andrade Fernandes
CPF: 128.797



Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF n.º 05.835.916/0001-85 e NIRE n.º 313.000.182-11 ("CTBC Celular") e CTBC Multimídia Data Net S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Mezanino, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.622.116/0001-13 e NIRE n.º 313.000.246-36 ("CTBC Multimídia"), que não sejam detidas direta ou indiretamente pela Companhia, nos termos do artigo 252 da Lei n.º 6.404/76 ("Incorporações de Ações"); 2. Apreciar o Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações da CTBC Celular e da CTBC Multimídia, celebrado em 02 de abril de 2013 pelos membros da Diretoria da Companhia ("Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações"); 3. Ratificar a nomeação e a contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda, com sede na Rua da Assembleia n.º 35, 12º andar, Cidade do Rio de Janeiro/RJ inscrita no CNPJ/MF 08.681.365/0001-30 e no CRC/RJ 005112/O-9 ("APSIS"), como empresa especializada responsável pela avaliação das ações de emissão da CTBC Celular e da CTBC Multimídia a serem incorporadas ao patrimônio da Companhia ("Laudo de Avaliação"), para os fins do disposto nos arts. 8º e 226 da Lei n.º 6.404/76, bem como pela elaboração dos respectivos laudos de avaliação para os fins do disposto no artigo 264 da Lei n.º 6.404/76; 4. Aprovar o Laudo de Avaliação e os laudos de avaliação para os fins do disposto no artigo 264 da Lei n.º 6.404/76; 5. Aprovar o aumento do capital da Companhia em razão da Incorporação de Ações, no montante de R\$ 39.780.321,82 (trinta e nove milhões setecentos e oitenta mil trezentos e vinte um reais e oitenta e dois centavos), passando de R\$ 271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos) para R\$ 311.420.604,87 (trezentos e onze milhões quatrocentos e vinte mil seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos), mediante a emissão de 9.754 (nove mil setecentas e cinquenta e quatro) novas ações, sendo 2.043 (duas mil e quarenta e três) ações ordinárias e 7.711 (sete mil setecentas e onze) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal, bem como a conversão das ações preferenciais já existentes em ações preferenciais classe A, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações. 6. Aprovar a alteração do art. 7º do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir o aumento de capital social decorrente da Incorporação de Ações; 7. Autorizar os administradores da Companhia a adotar as providências necessárias para formalizar a Incorporação de Ações. **06. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade dos presentes, salvo os legalmente impedidos ou aqueles que, por ventura, se abstiveram, foram tomadas as seguintes deliberações:

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

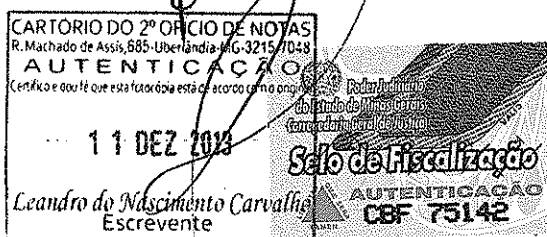


Aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, na forma do Artigo 130, §1º e §2º, da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2012, publicadas 19/03/2013, com pareceres favoráveis do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e dos Auditores Externos KPMG Auditores Independentes, contendo apenas modificação na destinação dos lucros proposta pelos órgãos da administração, conforme indicado no item 2 abaixo, nos termos do Artigo 134, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76.
2. Aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 46.082.342,57 (quarenta e seis milhões oitenta e dois mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). Tendo em vista o valor ora aprovado para distribuição e o total de 340.397 (trezentas e quarenta mil trezentas e noventa e sete) ações de emissão da CTBC Telecom, será atribuída a distribuição de R\$ 135,378228 para cada ação ordinária e preferencial.
3. Aprovada a eleição do Conselho de Administração da Sociedade, pelo próximo exercício social, passando referido órgão a funcionar com a seguinte composição: Presidente - **LUIZ ALBERTO GARCIA**, brasileiro, casado, engenheiro e empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M-3.528.542 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. sob o nº 004.953.606-00; Vice-Presidente - **LUIZ ALEXANDRE GARCIA**, brasileiro, casado, economista e empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M-1.214.924 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. sob o nº 546.861.806-00; e membros: **ALEXANDRINO GARCIA NETO**, brasileiro, casado, empresário, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG MG 681.008 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 266.621.836-87; **ELIANE GARCIA MELGAÇO**, brasileira, casada, empresária, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umuarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade RG MG 3.357.050 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



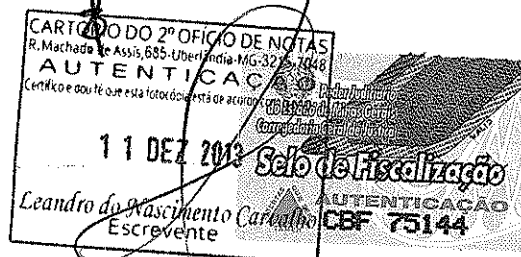
436.887.306-82; **HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço residencial na Avenida Princesa D' Oeste, nº 1180 – Apto 22, CEP: 13.100-040, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade nº 1995913 IFP e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.045.427-53; **WALTER FONTANA FILHO**, brasileiro, casado, economista, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 365, 2º andar, CEP: 05.093-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG 4.250.008 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 947.648.408-04; **DARC ANTONIO DA LUZ COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, com endereço na Rua Cosme Velho, nº 647, Cosme Velho, CEP: 22.241-125, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Cédula de Identidade nº 18449 CREA-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 242.165.507-20; **GERALDO SARDINHA PINTO FILHO**, brasileiro, casado, economista, com endereço na Rua Juvenal Melo Senra, nº 21, Apto 1200, Belvedere, CEP: 30.320-660, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade RG M 5549072 SSP/MG e inscrito do CPF/MF. sob o nº 140.094.126-15; **OZIREZ SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, com endereço na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1297, Conjunto 22, Cidade Monções, CEP: 045.71-932, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG 1136713 SSP/SP e inscrito do CPF/MF. sob o nº 018.557.868-34; **EDUARDO MOREIRA DA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, com endereço na Praia do Flamengo, nº 168, Apto 1102, Flamengo, CEP: 22.210-030, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Cédula de Identidade 27.288.701-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 201.075.956-72; e **SERGIO ALAIR BARROSO**, brasileiro, casado, economista, com endereço na Rua do Ouro, n.º 1.186, Apto 300, Serra, CEP: 30.220-000, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade 8.100.986-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o nº 609.555.898-00. Os conselheiros eleitos nesta oportunidade declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Visto:  Paulo de Andrade Fernandes
CPF/MG: 128.797



4. Aprovada a eleição do Conselho Fiscal, que passa a funcionar com a seguinte composição: como membro efetivo, GERALDO BATISTA CAETANO, brasileiro, casado, contador, com endereço na Avenida Princesa Izabel, n.º 1267, Centro, CEP: 38.400-192, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º MG 10.759.764 SSP/MG e inscrito no CPF/MF. Sob o n.º 123.849.256-87; e como membro suplente, UBIRAJARA CHAGAS MALDONADO, brasileiro, casado corretor de seguros, com endereço comercial na Rua Duque de Caxias, n.º 75, Centro, CEP: 38.400-142, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º 1.770.360 SSP/SP e inscrito no CPF/MF. sob o n.º 061.566.498-91; como membro efetivo, GILBERTO SARAMAGO GATTI, brasileiro, divorciado, advogado, com endereço na Rua Bernardino Fonseca, n.º 49, General Osório, CEP: 38.400-220, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º 46.576 OAB/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 138.699.226-72; e como membro suplente, HILO MARTINS DOS SANTOS, brasileiro, separado judicialmente, contador, com endereço na Avenida das Palmeiras, n.º 812, Morada do Sol, CEP: 38.415-477, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º M3057862 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 578.120.986-72; como membro efetivo, DILSON DALPIAZ DIAS, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, com endereço na Rua Bueno Brandão, n.º 19, Osvaldo Resende, CEP: 38.400-378, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade n.º 6.757.213-3 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n.º 061.200.916-53; e como membro suplente, OZORIO MARQUES FERREIRA NETO, brasileiro, casado, contador, com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Alto Umarama, CEP: 38.405-385, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identificação n.º 96.647 – OAB/MG e inscrito no CPF/MF. n.º 080.335.446-00; sendo remunerados os membros efetivos, no montante global anual de R\$ 124.000,00 (cento e vinte quatro mil reais), a partir de 1º de maio de 2013 até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2014. Tal montante equivale a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, foi atribuída a cada Diretor Estatutário. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, sempre com o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos empregados da Companhia, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. Os membros do Conselho Fiscal eleitos nesta oportunidade declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da

Visto: 
Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



Companhia por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

5. Aprovado que os membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Sociedade serão remunerados por suas funções, no montante global anual de até R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Aprovada a proposta de Incorporação de Ações.
2. Aprovado o Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações.
3. Aprovada a ratificação da escolha da APSIS como empresa especializada para elaboração do Laudo de Avaliação e demais laudos para os fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.
4. Aprovado o Laudo de Avaliação e demais laudos preparados pela APSIS para os fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.
5. Em virtude da aprovação da Incorporação de Ações e nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações, fica aprovada a conversão das ações preferenciais atualmente existentes em Ações Preferenciais Classe A, sem alteração dos atuais direitos, bem como a criação de nova classe de ação preferencial denominada Ação Preferencial Classe B, que terá as seguintes vantagens:
 - (i) Ação sem direito a voto, exceto pelo disposto abaixo;
 - (ii) Direito a voto, sem prejuízo do disposto no §1º do Art. 115 da Lei 6.404/1976, nas decisões relativas à celebração, pela CTBC TELECOM, de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive de assistência técnica, com entidades estrangeiras

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



vinculadas aos seus acionistas controladores, na forma do disposto no contrato de concessão celebrado entre a CTBC Telecom e o Poder Concedente;

- (iii) Prioridade no reembolso de capital; e dividendos 10% (dez por cento) maiores dos que os pagos às ações ordinárias.

6. Foram em seguida, suspensos os trabalhos às 11:00 (onze) horas, a fim de que neste intervalo de tempo sejam ouvidos os acionistas preferencialistas da Companhia, que se acham reunidos em Assembleia Geral Especial, nos termos do §1º do Artigo 136 da Lei 6.404/1976, quanto à criação da nova Classe B de ações preferenciais, com direitos diferenciados das atuais ações preferenciais da Companhia ora denominadas Ações Preferenciais Classe A. Os acionistas preferencialistas se manifestaram favoráveis à criação da nova Classe B de ações preferenciais, denominada Ações Preferenciais Classe B, nos termos do item 5. acima.

7. Reabertos os trabalhos às 11:30 (onze e trinta) horas, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, em decorrência da Incorporação de Ações, passando de R\$ 271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos), para R\$ 311.420.604,87 (trezentos e onze milhões quatrocentos e vinte mil seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos), ou seja, um aumento de R\$ 39.780.321,82 (trinta e nove milhões setecentos e oitenta mil trezentos e vinte um reais e oitenta e dois centavos), com a emissão de 9.754 (nove mil setecentas e cinquenta e quatro) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 2.043 (duas mil e quarenta e três) ações Ordinárias e 7.711 (sete mil setecentas e onze) ações Preferenciais de Classe B, realizadas e subscritas nos termos do Boletim de Subscrição anexo a esta ata.

8. Em razão do aumento do capital social ora deliberado, o capital social da Companhia passará a ser representado por 350.151 (trezentas e cinquenta mil cento e cinquenta e uma) ações, sendo (i) 283.976 (duzentas e oitenta e três mil novecentas e setenta e seis) Ações Ordinárias; (ii) 58.464 (cinquenta e oito mil quatrocentas e sessenta e quatro) Ações Preferenciais de classe A; e (iii) 7.711 (sete mil setecentas e onze) Ações Preferenciais de classe B, todas nominativas e sem valor nominal, passando o Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



"Art. 7º. O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 311.420.604,87 (trezentos e onze milhões quatrocentos e vinte mil seiscientos e quatro reais e oitenta e sete centavos), dividido em 283.976 (duzentas e oitenta e três mil novecentas e setenta e seis) ações ordinárias, 58.464 (cinquenta e oito mil quatrocentas e sessenta e quatro) ações preferenciais classe A e 7.711 (sete mil setecentas e onze) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

§1º - As capitalizações com reservas e lucros serão feitas independentemente de aumento do número de ações.

§2º - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias.

§3º - As ações da Sociedade poderão ser escriturais, de acordo com deliberação de sua Diretoria.

§4º - As ações preferenciais serão de classe A ou classe B e não conferirão a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais, possuindo cada classe as seguintes vantagens:

Ação Preferencial Classe A:

I. Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido;

II. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias;

III. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

Ação Preferencial Classe B:

I. Prioridade no reembolso de capital; e

II. Dividendos 10% (dez por cento) maiores dos que os pagos às ações ordinárias.

§5º - Não obstante o disposto no §4º do Art. 7º desse instrumento, as ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Sociedade terão direito a voto, sem prejuízo do disposto no §1º do Art. 115 da Lei 6.404/1976, nas decisões relativas à celebração, pela Sociedade, de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive de assistência técnica, com entidades estrangeiras vinculadas aos seus acionistas controladores, na forma do disposto no contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e o Poder Concedente."

9. Em cumprimento ao disposto no artigo 252, §1º, da Lei das S.A., os acionistas da Companhia que mantiveram a titularidade de ações, desde 02 de abril de 2013, data da publicação do Fato Relevante que deu conhecimento da Incorporação de Ações ao mercado, inclusive, até a data do efetivo exercício do direito de recesso e dissentir da deliberação sobre a Incorporação de Ações poderá exercer o direito de recesso sobre tais ações, retirando-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, sendo o pagamento realizado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data do recebimento pela Companhia, da formalização por escrito do direito de recesso.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
CPF: 128.797




10. Aprovada a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação e formalização da Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo de Justificação e Incorporação de Ações.

07. ABSTENÇÃO DE VOTOS: Das deliberações tomadas, houve abstenção de votos dos legalmente impedidos. 08. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. (a.a) Presidente da Mesa – Bernardo Araujo Costa. Secretário “ad hoc” – Danilo de Andrade Fernandes. ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - Marcelo Mafrá Bicalho e p.p Danilo de Andrade Fernandes. Diretora Financeira e de Relações com Investidores – Tatiane de Souza Lernes Panato. KPMG Auditores Independentes – Fábio Roberto Elias Tymburibá. Membro do Conselho Fiscal – Gilberto Saramago Gatti. APSIS Consultoria e Avaliações Ltda – Giancarlo Falkenstein e Miguel Monteiro.

Uberlândia-MG, 19 de abril de 2013.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio)


Bernardo Araujo Costa
Presidente da Mesa


Danilo de Andrade Fernandes
Secretário “ad hoc”



Visto: 
Danilo de Andrade Fernandes
CPF: 128.797



Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

CNPJ/MF 71.208.516/0001-74

Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Individual		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Individual	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
		(Reclassificado)		(Reclassificado)				(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	186.827	178.253	111.112	96.000	Emprestimos e financiamentos	11	93.442	100.522	48.598	53.294
Contas a receber	5	318.120	239.728	115.264	74.351	Debitores	12	12.071	84.520	12.671	84.520
Estoques		13.925	11.742	409	477	Fornecedores	17	150.054	116.589	54.091	32.268
Tributos a recuperar	6	39.554	39.809	9.968	9.286	Impostos indevidos e contribuições	13	69.351	48.771	37.430	23.624
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7a				2.332	Imposto de renda e contribuição social a pagar	7a	8.999	809	5.020	
Dividendos				19.599	16.822	Tributos parcelados	15	3.554	7.517	104	3.365
Despesas antecipadas		12.967	14.130	4.136	4.031	Salários, provisões e encargos sociais	14	110.774	197.891	27.325	27.594
Títulos a receber		1.717	1.445	2.977	3.739	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	39.824	37.742	37.502	36.274
Outros créditos		18.323	10.484	3.089	3.897	Adiantamento de clientes		10.287		255	
Total do ativo circulante		591.433	495.591	267.154	210.985	Valores a receber aos acionistas	19	9.906			
						Outras obrigações	18	44.635	41.783	26.401	23.335
Não Circulante						Total do passivo circulante		553.493	546.144	249.397	284.274
Títulos a receber		1.938	2.805	1.938	39.887	Não circulante					
Tributos a recuperar	6	32.187	29.902	17.183	16.404	Emprestimos e financiamentos	11	521.350	461.994	306.915	282.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	25.291	45.285	12.110	20.772	Debitores	12	293.610	142.857	293.610	142.857
Depósitos judiciais	10b	17.080	9.442	2.696	2.144	Tributos parcelados	15	17.101	25.596	820	1.331
Outros créditos		5.542	3.022	3.365	936	Autorização de serviços de telecomunicações a pagar			24.530		
		82.038	90.456	37.292	80.143	Provisões	16	123.843	112.618	61.633	60.921
Investimentos	8	64	79	616.237	458.369	Outras obrigações		13.987	16.604	5.555	5.115
Intangível	9	265.199	255.043	99.686	96.280	Total do passivo não circulante		969.891	784.199	662.531	492.785
Imobilizado	10	1.246.818	1.068.518	514.026	464.824	Patrimônio líquido	19				
Total do ativo não circulante		1.594.119	1.414.096	1.267.241	1.099.616	Capital social		271.641	271.641	271.641	271.641
						Reserva de lucros		340.975	220.877	310.975	220.877
Total do Ativo		2.185.552	1.909.687	1.534.395	1.310.601	Ajuste de avaliação patrimonial		26.683	27.199	26.683	27.199
						Dividendos adicionais propostos		13.166	13.825	13.166	13.825
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		622.465	533.542	622.465	533.542
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		39.703	45.802		
						Total do patrimônio líquido		662.168	579.344	622.465	533.542
						Total do passivo e do patrimônio líquido		2.185.552	1.909.687	1.534.395	1.310.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido e o lucro por ação, expressos em reais)

Nota	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	22	1.811.452	1.682.158	745.956
Costos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	23	(1.005.402)	(1.005.724)	(391.713)
Resultado bruto		745.970	676.434	354.243
Recursos (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	24	(258.407)	(243.894)	(120.107)
Despesas gerais e administrativas	25	(197.259)	(169.527)	(99.404)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	27	404	2.492	1.477
Equivalência patrimonial	8			80.320
Resultado operacional antes do resultado financeiro		290.708	265.505	216.529
Recursos financeiros	26	25.094	31.435	10.037
Despesas financeiras	26	(107.460)	(118.887)	(63.426)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		208.342	178.053	163.140
Imposto de renda	7c	(48.756)	(24.623)	(19.474)
Contribuição social	7c	(18.588)	(9.016)	(7.413)
Resultado líquido do exercício		140.998	144.384	136.253
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores		4.745	6.720	
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		136.253	137.664	136.253
Quantidade de ações ON		281.933	281.933	281.933
Quantidade de ações PN		58.464	58.464	58.464
Resultado básico e diluído por ação ON (em R\$)		400,28	404,42	400,28
Resultado básico e diluído por ação PN (em R\$)		400,28	404,42	400,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Recursos	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Recursos				
Vendas de mercadorias e serviços		2.336.010	2.182.611	1.021.440
Outros recursos		2.324.657	2.143.258	1.014.455
Provisão para redução no valor recuperável		(25.884)	(15.883)	(10.258)
Impostos aduaneiros de terceiros (Inclui: ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(762.715)	(667.211)	(411.262)
Costos das mercadorias vendidas e serviços prestados		(488.982)	(402.888)	(276.770)
Material, energia, serviços de terceiros e outros		(273.733)	(264.323)	(134.492)
Valor adicionado bruto		1.573.295	1.515.400	610.178
Depreciação e amortização		(161.622)	(148.815)	(79.205)
Valor adicionado líquido pela entidade		1.411.673	1.370.585	530.630
Valor adicionado recebido em transferência		25.094	31.435	90.357
Resultado de equivalência patrimonial				80.320
Recursos financeiros		25.094	31.435	10.037
Valor adicionado total a distribuir		1.436.767	1.402.020	620.987
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		572.771	484.463	110.304
Impostos, taxas e contribuições		583.911	594.495	296.617
Juros		22.613	118.887	47.775
Aluguéis		66.474	60.304	30.138
Dividendos e juros sobre o capital próprio		34.415	34.752	33.505
Lucro líquido do exercício		106.583	109.119	102.748
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		4.745	6.720	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício	140.998	144.384	136.253	137.664
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total	140.998	144.384	136.253	137.664
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	136.253	137.664		
Acionistas não controladores	4.745	6.720		
Resultado abrangente total	140.998	144.384	136.253	137.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

www.algar telecom.com.br



CREA - MG

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS
AV. ÁLVARES CABRAL, 1600 - CEP 30170-001 - FONE: (31) 3299-8700 - BELO HORIZONTE - MG
OUVIDORIA: 0800 28 30273

CERTIDAO : 003.643/08

FOLHA: 0001/0002

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CREA-MG, **CERTIFICA**, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, QUE O PROFISSIONAL "FERNANDO SOANE LOMONACO", ENGENHEIRO ELETRICISTA, CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL Nº 38.457/D-CREA-MG ENQUANTO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA CONTRATADA "COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL", EFETIVOU O REGISTRO DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART, APRESENTADA A SEGUIR.....
ESTA CERTIFICAÇÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A ATIVIDADE TÉCNICA ANOTADA NA ART.....
CERTIFICAMOS, AINDA QUE CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 317/86 DO CONFEA: "O ACERVO TÉCNICO DE UMA PESSOA JURÍDICA E REPRESENTADO PELOS ACERVOS TÉCNICOS DOS PROFISSIONAIS DO SEU QUADRO TÉCNICO E DE SEUS CONSULTORES TÉCNICOS DEVIDAMENTE CONTRATADOS" E, EM SEU PARÁGRAFO ÚNICO: "O ACERVO TÉCNICO DE UMA PESSOA JURÍDICA VARIARÁ EM FUNÇÃO DA ALTERAÇÃO DO ACERVO TÉCNICO DO SEU QUADRO DE PROFISSIONAIS E CONSULTORES".....
INTEGRA A PRESENTE CERTIDÃO O ATESTADO EMITIDO PELO "DMAE", A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES QUE NELE CONSTA, E CUJA COPIA ENCONTRA-SE NUMERADA, DEVIDAMENTE AUTENTICADA E CHANCELADA NO CREA-MG.....

ESTA CERTIDÃO CONTEM 0002 FOLHA(S).

Adriano Washington Costa
Auxiliar Administrativo
Matrícula nº 1089
Portaria nº 282/2006
REG. CENTRO-METROPOLITANA
CREA-MG

CERTIDÃO VÁLIDA SOMENTE COM A ASSINATURA E CHANCELA DO CREA-MG





CREA - MG

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS
AV. ÁLVARES CABRAL, 1600 - CEP 30170-001 - FONE: (31) 3299-8700 - BELO HORIZONTE - MG
OUVIDORIA: 0800 28 30273 - ATENDIMENTO: 0800 312732

CERTIDAO: 003.643/08 (CONTINUACAO) FOLHA: 0002/0002

PROFISSIONAL:

NOME : FERNANDO SOANE LOMONACO
TITULO : ENGENHEIRO ELETRICISTA
REGISTRO : 0400000038457

ATRIBUICOES:

LEI: DECRETO: RESOL.: 218 ART.: 008 C/EXCL.: ALINEAS:
LEI: DECRETO: RESOL.: 218 ART.: 009 C/EXCL.: ALINEAS:

CONTRATADA : COMPANHIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL

REGISTRO: 021231

NRO DA ART: 1-5054495700 DATA ANOTACAO : 17/06/2008 DATA BAIXA : 00/00/0000

MOTIVO DA BAIXA :

CONTRATANTE : DMAE DEPARTAMENTO MUNIC.AGUA E ESGOTO
LOCAL DA OBRA/SERVICO : RUA MARTINESIA 245 APARECIDA
PROPRIETARIO : DMAE DEPARTAMENTO MUNIC.AGUA E ESGOTO
CIDADE : UBERLANDIA - MG
ATIVIDADE(S) TECNICA(S):
2628 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / TELECOMUNICACAO

FINALIDADE : 57190 REDE DE TELECOMUNICACOES
QUANTIFICACAO : 0,00
VALOR OBRA / SERVICO : R\$ 273.639,48
CONTRATO/HONORARIOS : R\$ 0,00
TIPO DE CONTRATO : PRESTACAO DE SERVICOS
DESCRICAO COMPLEMENTAR: SERVICIO DE TELECOMUNICACOES FIXO COMUTAD
O CT 099/2004

BELO HORIZONTE

18 DE junho DE 2008

Adriano Washington Costa
Auxiliar Administrativo
REG. CENTRO-METROPOLITANA
CREA-MG



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos par os devidos fins que a empresa **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM**, empresa Concessionária e Autorizatória do serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, Autorizatória do Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações – SRTT, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.208516/0001-74, estabelecida na Rua José Alves Garcia nº 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, na cidade de Uberlândia-MG, está executando Serviço de Telecomunicações Fixo Comutado – STFC, objeto do Contrato nº 099/2004, firmado em 29 de novembro de 2004 e que se encontra vigente até o momento, com o DMAE- Departamento Municipal de Água e Esgoto, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 25.796.548/0001-21, estabelecido na Rua Martinésia, 245, na cidade de Uberlândia –MG, com as seguintes características:

- Local, para linhas telefônicas nas modalidades Pré e Pós paga;
- Entroncamento Digital na modalidade DDR;
- Longa Distância Nacional e Internacional;
- Discagem Direta Gratuita na modalidade 0800.

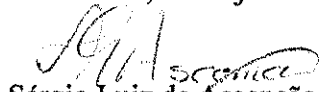
Informamos ainda que os serviços descritos, são compostos das seguintes facilidades:


- Restrições e bloqueios;
- Mensagens personalizadas;
- Encaminhamento por tipo, dia, hora e origem;
- Pós discagem;
- Centro de resposta;
- Fila de chamadas;
- Distribuição percentual;
- Reencaminhamento de chamadas por meio das facilidades SIGA-ME local e entre cidades;
- Códigos de autorização;
- Limitador de chamadas;
- Restrição dependendo da categoria do assinante;
- Listas(black & white list).

Informamos, outrossim, que o referido serviço, cujo responsável técnico é o engenheiro Fernando Soane Lomônaco, CREA 38.457/D, está sendo prestado dentro dos padrões de qualidade exigidos, não havendo nada que possa desabonar a empresa.

Por ser verdade firmamos.

Uberlândia, 11 de junho de 2008.


Sérgio Luiz de Ascensão
Diretor de Suprimentos – DMAE


Rubens de Freitas Filho
Diretor Geral - DMAE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia-MG - 38400-668
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia está de acordo com o original, doravante denominado
Comprovação de Autenticidade
12 JUN 2008
Leandro de Nascimento Carvalho
Lorimar Catarino Junqueira
Diretor Administrativo – DMAE
Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BRN 95591

CREA-MG	
VINCULADO À CERTIDÃO	
Número	Expedida em:
003.643 / 08	18 JUN 2008
ASS.: 	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

CERTIDÃO DE ACERVO TECNICO

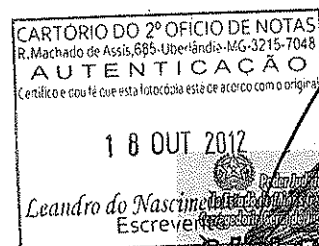
CERTIDAO : 001.857/11

FOLHA: 0001/0002

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CREA-MG, **CERTIFICA**, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, QUE O PROFISSIONAL, ENGENHEIRO ELETRICISTA, "**FERNANDO SOANE LOMONACO**", REGISTRO NO CREA-MG N° 38.457/D-CREA-MG E RNP N° 1403314861, ENQUANTO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA CONTRATADA "**COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL**", EFETIVOU O REGISTRO DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART, APRESENTADA A SEGUIR.....
ESTA CERTIFICAÇÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE AS ATIVIDADES TÉCNICAS ANOTADAS NA ART.....
INTEGRA A PRESENTE CERTIDÃO O ATESTADO EMITIDO PELA "PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA", A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE PELA INFORMAÇÃO QUE NELE CONSTA, E CUJA COPIA ENCONTRA-SE NUMERADA, DEVIDAMENTE AUTENTICADA E CHANCELADA NO CREA-MG.....

ESTA CERTIDAO CONTEM 0002 FOLHAS

Adriano Washington Costa
Assistente Administrativo
REGIONAL BELO HORIZONTE
Portaria n°. 123/2009 CREA-MG



CERTIDAO VALIDA SOMENTE COM A ASSINATURA, CHANCELA E SELO DE CONTROLE DO CREA-MG

Avenida Alvares Cabral 1600, Bairro: Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG - CEP: 30170 - 001 - (31) 3299 8700
0800 28 30273 (ouvidoria) - 0800 031 2732 (atendimento) - www.crea-mg.org.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG

CERTIDAO: 001.857/11 (CONTINUACAO) FOLHA: 0002/0002

Profissional:

Nome : FERNANDO SOANE LOMONACO
Titulo : ENGENHEIRO ELETRICISTA
Registro : 04.0.0000038457
RNP : 1403314861

Atribuicoes:

Resol: 218 Art.: 008
Resol: 218 Art.: 009

Contratada : COMPANHIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL

Registro: 021231

Nro Da Art: 1-4082367500 Data Anotacao : 28/3/2011 Data Baixa : 00/00/0000

Motivo Da Baixa :

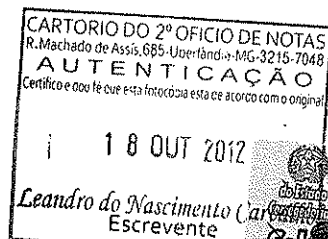
Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA
Local Da Obra/Servico : AV ANSELMO ALVES DOS SANTOS 600 SANTA MONICA
Proprietario : PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA
Cidade : UBERLANDIA - MG

Atividade(s) Tecnica(s):

2428 EXECUCAO DE INSTALACAO / TELECOMUNICACAO
2628 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / TELECOMUNICACAO
3528 OPERACAO DE EQ./INSTALACAO / TELECOMUNICACAO
Finalidade : 13800 EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO
Quantificacao : 0,00
Valor Obra / Servico : R\$ 1.105.000,00
Contrato/Honorarios : R\$ 0,00
Tipo De Contrato : PRESTACAO DE SERVICOS
Descricao Complementar: CT 684/2009, STFC, DDR DDG, E SERVICOS D
E LINHAS PRIVATIVAS DE VOZ E DADOS

BELO HORIZONTE, 29 DE MARCO DE 2011

Adriano Washington Costa
Assistente Administrativo
REGIONAL BELO HORIZONTE
PORTARIA No. 123/2009 CREA-MG



001.857/11 29 MAR 2011

ASS.: _____

FLS: 01

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos para fins de participação em processos licitatórios que a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – ALGAR Telecom**, empresa Concessionária e Autorizatória do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e Autorizatória do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, devidamente inscrita no GCG/MF sob o nº 71.208.516/0001-74, estabelecida na Rua José Alves Garcia nº 415 - Bairro Brasil, CEP 38400-668, na cidade de Uberlândia/MG, está executando os serviços, objeto do **Contrato nº 684/2009** celebrado em 27/11/2009 e que se encontra vigente até o momento, com a **Prefeitura Municipal de Uberlândia**, regularmente inscrita no CGC/MF sob o nº 18.431.312/0006-20, estabelecida na Av. Anselmo Alves dos Santos nº 600 – Bairro Santa Mônica, na cidade Uberlândia – MG:

- Serviço de Telecomunicações Fixo Comutado – STFC na modalidade Local, Longa Distância Nacional(LDN) e Longa Distância Internacional(LDI) para Linhas Telefônicas diretas e Troncos Digitais;
- Serviço de Discagem Direta a Ramal – DDR com fornecimento, instalação e operação de entroncamentos bidirecionais E1, 30 canais, com velocidade de 2 Mbps e sinalização R2 Digital e RDSI;
- Serviço de Discagem Direta Gratuita – DDG, via 0800;
- Serviço de Linhas Privativas de Voz e Dados.

Informamos, outrossim, que os referidos serviços, cujo responsável técnico é o engenheiro Fernando Soane Lomônaco, CREA 38.457/D, estão sendo prestados dentro dos padrões de qualidade técnica exigidos, não havendo nada que possa desabonar a empresa.

Por ser verdade firmamos.

Uberlândia, 27 de dezembro de 2010.


MARLY VIEIRA DA SILVA MELAZO
Secretária Municipal de Administração

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia - MG - 3215-7048
AUTENTICAÇÃO
18 OUT 2012
Leandro do Nascimento
Escrevente


Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BNK 40289